



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

**Relatório de Inspeção Ordinária no**

**Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

(Portaria n. CF-POR-2012/00109, de 7 de maio de 2012, do  
Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal)

**Brasília-DF  
2013**

**Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

**Corregedor-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários**

**ELABORAÇÃO**

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

**REVISÃO E EDITORAÇÃO**

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

## SUMÁRIO

<b>A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>B. ANÁLISE GLOBAL .....</b>	<b>7</b>
<b>C. ASPECTOS GERAIS DA ANÁLISE .....</b>	<b>8</b>
<b>1 - CONTROLES ESTATÍSTICOS.....</b>	<b>8</b>
<b>2- CARGAS OU DEVOLUÇÕES EXCEDIDAS.....</b>	<b>9</b>
<b>3. HORÁRIO DE TRABALHO.....</b>	<b>9</b>
<b>D. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....</b>	<b>10</b>
<b>I. GABINETES DOS DESEMBARGADORES</b>	
Presidência – Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.....	10
Vice-Presidência – Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira..	15
Corregedor Regional Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho.....	21
Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães.....	23
Desembargador Federal José Maria de Oliveira Lucena.....	26
Desembargador Federal Francisco Geraldo Apoliano Dias.....	29
Desembargador Federal Margarida de Oliveira Cantarelli.....	32
Desembargador Federal Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti.....	35
Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria.....	40
Desembargador Federal Paulo de Tasso Benevides Gadelha.....	44
Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas.....	49
Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.....	52
Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt.....	57
Desembargador Federal Francisco Barros Dias.....	61
Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior.....	65
<b>II. UNIDADES PROCESSANTES .....</b>	<b>69</b>
.....	69

Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.....	69
Subsecretaria do Plenário .....	73
Primeira Turma .....	78
Segunda Turma .....	83
Terceira Turma .....	88
Quarta Turma .....	92
Contadoria .....	97

## **E. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

<b>I CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>98</b>
<b>II ESTATÍSTICA.....</b>	<b>101</b>
<b>III INSPEÇÃO NOS SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS .....</b>	<b>105</b>
<b>IV SEGURANÇA .....</b>	<b>107</b>

<b>F. DETERMINAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>109</b>
--------------------------------------	------------

<b>G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....</b>	<b>110</b>
--	------------

<b>ANEXO .....</b>	
--------------------	--

## **A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei n. 11.798/2008; do art. 3º, inc. III, do Provimento n. 1/2009; e da Portaria CF-POR-2012/00109, de 7 de maio de 2012, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) prestação jurisdicional; 2) controle interno; 3) tecnologia da informação; 4) estatística; 5) sistemas de distribuição; e 6) parâmetros de segurança do Tribunal, com base na Resolução 104/2010.

As equipes dos trabalhos de inspeção foram designadas pelas Portarias supramencionadas, constantes do Processo n. CF-PCO-2012/00236 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Para os trabalhos de inspeção, utilizou-se um *minisite* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se em um só ambiente *web* os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes dos desembargadores. Nesse *minisite* foram agregadas as informações dos processos inspecionados pelas equipes, bem como as impressões gerais dos gabinetes.

Antes do início da inspeção foram solicitadas estatísticas processuais dos gabinetes dos desembargadores federais e das unidades processantes e a listagem de todos os processos do Tribunal para seleção de amostra. A seleção de processos observou principalmente o critério de antiguidade da última movimentação processual.

A inspeção foi realizada no período de 11 a 20 de junho de 2012, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inc. IV do art. 21 do Provimento da Corregedoria n. 1/2009 – os Desembargadores Federais Sérgio Schwaitzer (TRF da 2ª Região) e Luis Carlos Hiroki Muta (TRF da 3ª Região); bem como os Juízes Federais Hermes Gomes Filho (1ª Região); José Paulo Baltazar Júnior (4ª Região); Márcio Flávio Mafra Leal e Jorge Gustavo Serra Macêdo Costa (1ª Região), ora em auxílio à Corregedoria-Geral.

Para auxiliar na inspeção foram designados os servidores Afonso de Araújo Campos, Amilar Domingos Moreira Martins, Antônio Silva Nascimento, Augusto César Bernardes, Cláudia Roberta Laranjeira dos Santos, Denise Guimarães Tângari, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Getúlio Caixeta de Souza Ferreira, Jane Daniela Cunha, Luana Carvalho de Almeida, Luiz Carlos de Rezende, Osmar Rodrigues de Souza, Paulo Martins Inocêncio, Renato de Oliveira Paes,

Roberto Allan Costa Santos, Roberto Junior dos Santos Moreira, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sérgio dos Santos Lima, Virgínia Cordeiro Baracuí e Zacarias Carvalho Silva.

Para a abertura e acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas seis seções onde o TRF 5ª Região possui jurisdição, quais sejam Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Publicou-se a Portaria no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do Tribunal, em local de destaque nas suas dependências, no período de 4 a 20 de junho de 2012.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 5ª da Região prosseguissem normalmente.

A inspeção teve início no dia 11 de junho de 2012, às 10 horas, tendo sido realizadas constatações *in loco*, com exame por amostragem de autos de processos judiciais e administrativos, instrumentos de contratos, convênios, precatórios, nomeações e requisições de servidores, pagamento de diárias e passagens a magistrados e servidores, convocações de magistrados de primeiro grau efetivadas pelo Tribunal.

## B. INFORMAÇÃO GLOBAL

O Presidente do TRF da 5ª Região, Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, o Vice-Presidente, Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira e o Corregedor Regional, Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, dirigentes do Tribunal à época da inspeção, foram empossados em 30/3/2011 para o exercício de 2011/2013.

De acordo com os dados extraídos do Tribunal, registraram-se 2.325 processos distribuídos em 2012 por magistrado de 2ª grau, para uma média nacional federal de 3.646 processos, ou seja, uma distribuição 36,23% menor. A quantidade de processos em tramitação é de 4.132 processos por magistrado, 47,74% abaixo do patamar nacional federal de 7.907 processos.

A tabela a seguir descreve o acervo de cada desembargador, dividindo-se em processos originários, recursos, agravos de instrumento, mandados de segurança, medidas cautelares, embargos de declaração extraídos diretamente das bases de dados do tribunal.

### Tribunal Regional Federal da 5ª Região Processos ativos em 12/06/2012

POSIÇÃO: 12/06/2012

Magistrado (Gabinete)	Orig	Rec	AI	MS	MC	ED	Meta2/2010
DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	5	631	41	2	1	66	0
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS	11	211	58	1	0	64	0
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI	11	460	74	0	0	50	0
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS	18	369	111	2	0	147	0
DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO	13	2.334	514	0	1	363	0
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	9	2.209	118	1	1	142	0
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL	11	460	74	0	0	77	0
DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES	19	1.313	300	5	3	459	0
DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	27	1.161	206	5	4	357	2
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	23	2.050	316	5	2	261	0
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO GADELHA	31	3.698	775	8	13	348	1
DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI	19	215	50	1	0	105	0
PRESIDÊNCIA	6	0	0	0	0	1	0
VICE-PRESIDÊNCIA	71	10.039	1.563	14	30	11.075	0
PLENÁRIO	451	37	0	14	4	146	0
1ª TURMA	28	3.050	1.122	13	18	1.249	0
2ª TURMA	42	1.880	579	13	7	744	0
3ª TURMA	33	2.971	925	9	16	1.647	0
4ª TURMA	37	1.891	546	7	3	860	0
SECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.	598	19.249	2.671	102	91	17.949	0
TOTAL GERAL	1.463	54.228	10.043	202	194	36.110	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Legenda:

Orig - Processos Originários  
 Rec - Processos Recursais  
 AI - Agravos de Instrumento

MS - Mandado de Segurança  
 MC - Medida Cautelar  
 ED - Embargos de Declaração

## **C. ASPECTOS GERAIS DA ANÁLISE**

### **1 CONTROLES ESTATÍSTICOS**

O TRF da 5ª Região dispõe de três unidades (Secretaria Judiciária, Seção de Informações Gerenciais na Diretoria-Geral e Núcleo de Apoio à Corregedoria na Corregedoria Regional) que assumem, de forma descentralizada, a atribuição de responder às demandas estatísticas de natureza gerenciais da área administrativa e judicial. O Setor de Estatística na Secretaria Judiciária é responsável pela coleta e divulgação de dados do 2º grau. A Seção de Informações Gerenciais na Diretoria-Geral é responsável pela coleta e transmissão de dados consolidados de 1º e 2º graus ao CNJ, e o Núcleo de Apoio à Corregedoria Regional é responsável pela coleta e divulgação de dados estatísticos do 1º grau.

O Tribunal possui à sua disposição o módulo de relatórios do sistema “Esparta”, que apresenta um conjunto amplo e diversificado de informações judiciais subdivididas em sintéticas e analíticas. Esse módulo foi desenvolvido em 2003, em substituição ao sistema *Mumps*, na época responsável pelo controle dos processos judiciais e administrativos. Desde então recebeu diversas melhorias de maneira a permitir, atualmente, autonomia para o setor de Estatística e demais unidades que realizam controles dos processos judiciais do Tribunal.

Todos os gabinetes, turmas e demais órgãos do Regional possuem autorização de acesso ao sistema. Cada área dispõe de módulos de relatórios que permitem à unidade planejar, controlar, organizar, e aprimorar suas rotinas de trabalho. Alguns poucos gabinetes ainda apresentam resistência à utilização dessa ferramenta, e por essa razão não aproveitam toda a funcionalidade que ela pode oferecer.

O TRF da 5ª Região conseguiu implantar, em parte, o que estabelece o Provimento n. 2 da Corregedoria Geral da Justiça Federal – determina que o Tribunal deve publicar, em seu sítio, informações estatísticas de 1º e 2º graus. Os relatórios previstos para o período de 2012, exceto os de JEFs, foram implementados e disponibilizados, faltando ainda publicar os dados de 2009 a 2011. A Secretaria de Informática se comprometeu a disponibilizar tais dados até o final de julho de 2012.

Para os dados dos Juizados Especiais Federais – JEFs, o processamento da carga para extração dos relatórios de 2012 ainda está em andamento. A informática do Tribunal está conduzindo todos os trabalhos com o devido acompanhamento da unidade de estatística para que tais informações sejam públicas até dezembro de 2012.



## **2 CONTROLE DE CARGAS OU DEVOLUÇÕES EXCEDIDAS**

O controle efetivo de carga ou devolução de processos é verificado em conformidade com o relatório de estatísticas de movimentação do módulo de Relatórios do Sistema Esparta, tomando, quando necessárias, as providências previstas na Resolução n. 6, de 29 de março de 2006, do TRF da 5ª Região.

O módulo do sistema Esparta relaciona os processos que se encontram com vista, as correspondentes datas de saída/baixa em diligência, bem como os prazos de devolução à secretaria de turma. São utilizadas guias de remessa e registros no sistema de movimentação processual. Há ainda um controle acessório, utilizando-se um banco de arquivo das guias de vistas expedidas, para verificação da exata informação de carga, através dos critérios ano e entidade intimada.

A verificação das cargas ou devoluções excedidas de autos é feita quinzenal e semanalmente pelas secretarias, que solicitam às partes os feitos que se encontram com vista além do prazo legal.

## **3 HORÁRIO DE TRABALHO**

A Justiça Federal da 5ª Região iniciou a implantação de um novo modelo de gestão estratégica, com vistas à eficiência e efetividade da prestação dos serviços jurisdicionais. O Tribunal, ao elaborar o Planejamento Estratégico 2010-2014, estabeleceu, entre outras metas, rigor no cumprimento do horário de trabalho estabelecido por meio da Resolução n. 24, de 28/12/2007.

Estabeleceu-se como horário de funcionamento do Tribunal o período de 8 às 19 horas, apoiado no controle de entrada e saída de seus servidores, por meio do ponto eletrônico instalado em todas as unidades. Assim, ficou ao talante das unidades das áreas administrativas e judiciárias o gerenciamento de rodízios e turnos de servidores, com o fim de promover e manter o funcionamento ininterrupto dos atendimentos às partes e advogados, no período entre as 9 e 18 horas. Os critérios de funcionamento dos gabinetes, por seu turno, estão em conformidade com a discricionariedade estabelecida pelo gestor, a quem caberá verificar a administração interna dos horários e cumprimento pelos seus servidores.

## D. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### I – GABINETES DOS DESEMBARGADORES

Os dados abaixo apresentados foram preenchidos pelos próprios gabinetes. Tais dados não foram confrontados pelas equipes de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que realizou entrevistas e inspecionou os processos previamente selecionados.

#### Presidência - Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

##### 1 Dados da unidade

###### 1.1 Localização:

Edifício Ministro Djaci Falcão, 15º andar.

###### 1.2 Atuação do magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma

Plenário da Corte; Conselho de Administração.

###### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	14, todos servindo temporariamente na Presidência
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	0
Servidores requisitados	4, todos servindo temporariamente na Presidência
TOTAL	19

###### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	0
CJ3	0
CJ2	1
CJ1	2
FC6	0
FC5	5
FC4	1
FC3	0

FC2	0
FC1	0

### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	5
Total no TRF	6, estando 1 deles fora do Gabinete.
Total de processos virtuais	0
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	0
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	1
Ações originárias	7
Ações coletivas	0
Réus presos	0
Embargos de Declaração	0
Agravos regimentais/legais	2
Aguardando voto vencido	0
Aguardando voto-vista	0
Aguardando voto-revisor	0
Aguardando lavratura de acórdão	0
Processos julgados pendentes de publicação	0
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	0
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	0

### 1.6 Processos distribuídos

Total	40, a partir de 30 de março de 2011 (data da posse na Presidência), inclusive algumas cartas precatórias.
Média de processos distribuídos mensalmente	3,636, nos 11 meses posteriores à posse na Presidência (de 30 de março de 2011 até fevereiro/2012) .

### 1.7 Processos julgados

Total	21
Julgados monocraticamente	8
Média mensal de processos julgados monocraticamente	0,727
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	13
Média mensal de processos julgados em sessão	1,181

Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	1,909
Votos-vista (pendentes para julgamento)	0
Declaração de votos vencidos	0
Votos-revisor	0
Votos vencedores	0
Decisões liminares e antecipação de tutela	2
Decisões não terminativas	14
Embargos de declaração	2
Agravos regimentais	13

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	0
Processos Distribuídos/redistribuídos	0

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	13
Acórdãos publicados	13
Acórdãos lavrados	13
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	0
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	0

## 2 Serviços judiciários em geral

**2.1 Critérios internos observados para a distribuição de atividades entre os servidores:** o número pequeno de feitos na Presidência justifica a concentração deste trabalho específico na pessoa de um único servidor, de modo que o outro (são dois no total) está encarregado da assessoria atinente à interlocução do TRF da 5ª Região com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com o Conselho da Justiça Federal (CJF). Ambos os funcionários, porém, conhecem a rotina completa da unidade, podendo realizar o serviço em caso de falta do colega.

**2.2 Critérios internos observados para organização do acervo:** não há acervo pendente que reclame maiores diligências organizacionais de arquivo.

**2.3 Critérios internos observados para triagem de processos antigos e novos quando levados à pauta:** salvo a SS 6602 - PB (cuja tramitação está suspensa por ordem do STF), não há processos antigos no gabinete.

**2.4 Tratamento dado aos processos tidos como prioritários, por força legal:** julgamento imediato (o que, pela pequenez do estoque, acaba acontecendo com todos os processos).

**2.5 Tempo médio de demora na lavratura de acórdãos:** os acórdãos são lavrados no mesmo dia do julgamento.

**2.6 Adiamentos ou pedidos de retirada do processo de pauta – motivos:** nunca.

**2.7 Controles estatísticos do gabinete:** por meio do Esparta, sistema informacional de manejo dos processos judiciais no âmbito do TRF 5.

**2.8 Extravio de autos, caso constatado no gabinete:** não há

**2.9 Metas individuais de produtividade com relação aos servidores:** meta permanente – manter o acervo zerado (nenhuma apreciação pendente).

**2.10 Periodicidade das sessões de que participa o Desembargador:** todas as semanas (Plenário da Casa); de quinzena em quinzena (sessões do Conselho de Administração).

### 3 Boas Práticas

**3.1 Práticas adotadas pela unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** manter a harmonia funcional dos servidores e, a partir dela, com rígido controle de dados, operar a apreciação dos feitos em caráter de quase imediatidade (considerando-se a data da entrada no gabinete).

## 4 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

### 4.1 Processos em tramitação

Total no Gabinete	0
Total no TRF	0
Total de processos virtuais	0

### 5 Processos Inspeccionados

Foram selecionados 13 processos.

### 6 Relatório

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspeccionada, com as respectivas determinações.

## Vice-Presidência Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 7º andar.

#### 1.2 Atuação do magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na Turma:

Plenário da Corte; Conselho de Administração.

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	3
Estagiários nível superior	11
Servidores requisitados	
TOTAL	32

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	0
FC1	0

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	11.827
Total no TRF	67.925
Total de processos virtuais	461 (Todos já julgados pelo Tribunal, estando a maior parte suspensa ou sobrestada, aguardando julgamento de paradigma pelo STJ ou STF, em face do regime de recursos repetitivos ou de repercussão geral)
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	794 (Todos já julgados pelo Tribunal, estando a maior parte suspensa ou sobrestada, aguardando julgamento de

	paradigma pelo STJ ou STF, em face do regime de recursos repetitivos ou de repercussão geral)
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	
Ações originárias	
Ações coletivas	
Réus presos	
Embargos de Declaração	0
Agravos regimentais/legais	0
Aguardando voto vencido	0
Aguardando voto-vista	0
Aguardando voto-revisor	
Aguardando lavratura de acórdão	
Processos julgados pendentes de publicação	
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	

### 1.6 Processos distribuídos

Total	765 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Média de processos distribuídos mensalmente	255 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)

### 1.7 Processos julgados

Total	1048 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Julgados monocraticamente	73 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Média mensal de processos julgados monocraticamente	24 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	975 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Média mensal de processos julgados em sessão	325 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)

Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	349 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Votos-vista (pendentes para julgamento)	0 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Declaração de votos vencidos	
Votos-revisor	24 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Votos vencedores	43 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Decisões liminares e antecipação de tutela	291 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	222 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Agravos regimentais	

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	1114 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Processos Distribuídos/redistribuídos	810 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	1114 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Acórdãos publicados	1108 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Acórdãos lavrados	1108 (A quantidade corresponde ao período de janeiro a março de 2011, antes de o Desembargador assumir a Vice-Presidência)
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	



Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	
--	--

## 2 Serviços judiciários em geral

**2.1 Critérios internos observados para a distribuição de atividades entre os servidores:** aptidão com as tarefas e especialização nas matérias trabalhadas.

**2.2 Critérios internos observados para organização do acervo:** localização por matéria e assunto específico, bem como por prioridade legal e ordem cronológica.

**2.3 Critérios internos observados para triagem de processos novos:** separação de processos idênticos àqueles com minuta pré-aprovada e obediência aos critérios fixados no item anterior.

**2.4 Tratamento dado aos processos tidos como prioritários, por força legal:** são postos em evidência dentro de cada matéria e assunto.

**2.5 Tempo médio de demora na lavratura de acórdãos:** dois dias.

**2.6 Solicitação de adiamentos ou pedidos de retirada do processo de pauta – motivos:** quando o advogado aponta a necessidade de fazer sustentação oral e comprova a impossibilidade de comparecimento à Sessão de Julgamento, seja por motivo de saúde, seja por outro compromisso profissional inadiável.

**2.7 Realização de controles estatísticos do Gabinete:** os dados requeridos pelo CNJ são extraídos do sistema "Esparta", bem como das anotações feitas no gabinete.

**2.8 Enumerar extravio de autos, caso seja constatado no Gabinete:** nenhum.

**2.9 Metas individuais de produtividade:** as metas são coletivas. O gabinete procura minutar o número de decisões suficientes a suplantarem o número de recursos interpostos.

**2.10 Periodicidade das sessões de que participa o Desembargador:** ele participa semanalmente das sessões do Pleno.

## 3 Boas Práticas

**3.1 Práticas adotadas pela unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** tem sido desenvolvido pelo Tribunal um sistema informatizado no intuito de viabilizar o cadastramento de todos os recursos especiais e extraordinários e suas respectivas controvérsias, com vistas a permitir o controle e acompanhamento eficazes dos recursos encaminhados à Vice-Presidência, especialmente aqueles contendo controvérsias submetidas ao regime dos recursos repetitivos e à sistemática da repercussão geral. Com o novo sistema, será possível a extração de relatórios detalhados, contendo informações relevantes para a adoção de medidas eficazes para o gerenciamento e diminuição do

acervo. Além disso, o sistema, que está em fase final de desenvolvimento, permitirá a elaboração das decisões previamente determinadas, de acordo com a situação dos recursos especiais e extraordinários paradigmas. A expectativa é que, a médio prazo, tenhamos todos os processos e controvérsias cadastrados no sistema, assim como os respectivos modelos de decisão, para potencializar as atividades do gabinete da Vice-Presidência e da Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários, reduzindo o número de processos em tramitação.

**3.2 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:** o TRF da 5ª Região, do ponto de vista organizacional, tem procurado otimizar os seus procedimentos a fim de proporcionar uma melhor prestação jurisdicional. Quanto à Vice-Presidência – órgão que vem recebendo, a cada gestão, a delegação da Presidência para proceder ao juízo de admissibilidade dos recursos especiais, extraordinários e ordinários –, entendo que um quadro maior de servidores é imprescindível para o adequado cumprimento da referida atribuição, haja vista a enorme quantidade de recursos extremos interpostos nesta Corte.

#### 4 Processos administrativos

##### 4.1. Processos em tramitação

Total no Gabinete	0
Total no TRF	0
Total de processos virtuais	0

#### 5 Processos inspecionados

Foram selecionados 132 processos.

#### 6 Relatório

A Vice-Presidência prioriza a publicação de decisões de admissibilidade/inadmissibilidade dos recursos em processos criminais, cujo prazo é de, no máximo, 48 horas após a prolação do *decisum*. Nos demais feitos, o prazo é de aproximadamente 15 dias. Verificou-se, ainda, a necessidade de se dotar o setor de maior número de servidores, tendo em vista que atualmente há apenas um responsável pelo serviço.

De acordo com as informações obtidas da assessoria da Vice-Presidência, as dificuldades enfrentadas pelo órgão são as seguintes:

1. FALTA DE ESPAÇO FÍSICO SUFICIENTE: A grande quantidade de processos em tramitação na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - SREEO e que diariamente são remetidos ao Gabinete da Vice-Presidência para exame

de admissibilidade de recursos extraordinários, especiais e ordinários, por um lado, e a falta de espaço físico suficiente à acomodação e manuseio desses processos, por outro, terminaram, ainda que indiretamente, por prejudicar uma tramitação mais célere dos recursos.

2. FALTA DE SISTEMA INFORMATIZADO CAPAZ DE PERMITIR O CONTROLE DOS PROCESSOS SOBRESTADOS: O controle dos processos sobrestados vinha sendo realizado manualmente. A atual gestão, no entanto, determinou a criação de um sistema informatizado, capaz de permitir o completo gerenciamento desses processos, relacionando-os por características comuns como matéria, assunto e número do representativo de controvérsia. O mais importante é que esse sistema está sendo concebido de modo que possa ser aproveitado pelo PJe. Apesar dos esforços da Presidência do Tribunal no sentido de disponibilizar os meios necessários ao exercício das atividades de aplicação das sistemáticas da repercussão geral e dos recursos repetitivos, como também ao próprio juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais, somente com a chegada do novo sistema informatizado será possível empreender uma significativa redução no tempo de tramitação do processo, seja mediante a elaboração de decisões a partir do próprio sistema, seja mediante efetivo controle do acervo por meio desse sistema.

3. CARÊNCIA DE PESSOAL. Embora o número de processos e as atividades da Vice-Presidência tenham aumentado consideravelmente nos últimos anos, a quantidade de servidores que trabalham em secretaria ou no gabinete com processos em fase de recurso extraordinário, especial ou ordinário permanece praticamente a mesma. Os processos julgados em 12 gabinetes ficam, após a interposição de recursos excepcionais, concentrados nos poucos servidores que integram o gabinete do Desembargador que assume a Vice-Presidência. A Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários também sofre com a mesma defasagem de pessoal.

4. ACÚMULO DE PROCESSOS NA DIGITALIZAÇÃO. Não obstante as dificuldades encontradas, após esforço concentrado, inclusive com mutirões de servidores, conseguiu-se uma diminuição substancial do acervo de processos. Há atualmente quase 11.000 processos já despachados, aguardando apenas a digitalização para remessa às cortes superiores.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Corregedoria Regional- Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 10º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Plenário da Corte; Conselho de Administração.

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	
Servidores requisitados	
TOTAL	

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	
CJ1	
FC6	
FC5	
FC4	
FC3	
FC2	
FC1	

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	
Total no TRF	
Total de processos virtuais	
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	
Ações originárias	
Ações coletivas	
Réus presos	
Embargos de Declaração	
Agravos regimentais/legais	
Aguardando voto vencido	

Aguardando voto-vista	
Aguardando voto-revisor	
Aguardando lavratura de acórdão	
Processos julgados pendentes de publicação	
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	

### 1.6 Processos distribuídos

Total	
Média de processos distribuídos mensalmente	

### 1.7 Processos julgados

Total	
Julgados monocraticamente	
Média mensal de processos julgados monocraticamente	
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	
Média mensal de processos julgados em sessão	
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	
Votos-vista (pendentes para julgamento)	
Declaração de votos vencidos	
Votos-revisor	
Votos vencedores	
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	
Agravos regimentais	

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	
Processos Distribuídos/redistribuídos	

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	
Acórdãos publicados	
Acórdãos lavrados	
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	

### 4 Processos inspecionados

Foram selecionados 7 processos.

### 5 Relatório

Nada a relatar.

## **Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 11º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

4ª Turma, Plenário, Conselho da Administração.

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	2
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	4
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	9
FC4	4
FC3	
FC2	2
FC1	

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	1693 (Fonte: Secretaria Judiciária TRF 5ª Região em 7/6/12)
Total no TRF	
Total de processos virtuais	18
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	1
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
Ações originárias	92
Ações coletivas	38
Réus presos	
Embargos de Declaração	166
Agravos regimentais/legais	40

Aguardando voto vencido	1
Aguardando voto-vista	0
Aguardando voto-revisor	0
Aguardando lavratura de acórdão	0
Processos julgados pendentes de publicação	0
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	34
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	0

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3089 (Fonte: Secretaria Judiciária TRF 5ª Região em 07/06/12)
Média de processos distribuídos mensalmente	280

### 1.7 Processos julgados

Total	5647
Julgados monocraticamente	66
Média mensal de processos julgados monocraticamente	6
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	5581
Média mensal de processos julgados em sessão	465
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	471
Votos-vista (pendentes para julgamento)	0
Declaração de votos vencidos	0
Votos-revisor	100
Votos vencedores	5
Decisões liminares e antecipação de tutela	4
Decisões não terminativas	3
Embargos de declaração	1791
Agravos regimentais	298

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	6620
Processos Distribuídos/redistribuídos	3089

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	5647
Acórdãos publicados	4425
Acórdãos lavrados	5609
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	71
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	257

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012? Sim.**

## **2 Boas práticas**

**2.1 Práticas adotadas pela unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** Manter a harmonia funcional dos servidores; a partir dela, com rígido controle de dados, operar a apreciação dos feitos em caráter quase imediato (considerando-se a data da entrada no gabinete).

## **3 Processos inspecionados**

Foram selecionados 125 processos.

## **5 Relatório**

Boa Prática:

- Remessa de autos ao MPF, para parecer, independentemente de despacho do relator, por ato ordinatório (CPC, art. 162, § 4º).
- Adoção de metas individualizadas, de 10 a 15 minutos de voto por semana/servidor, há cerca de um ano, o que resultou em significativa redução do acervo.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--



## **Desembargador Federal José Maria de Oliveira Lucena**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 14º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

Presidente da 1ª Turma, membro do Conselho de Administração, Coordenador Substituto dos Juizados Especiais Federais.

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	2
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	4
Servidores requisitados	2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	2
FC1	

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	2385
Total no TRF	3402
Total de processos virtuais	5
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	4
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
Ações originárias	13
Ações coletivas	114
Réus presos	6
Embargos de Declaração	32
Agravos regimentais/legais	1
Aguardando voto vencido	2

Aguardando voto-vista	1
Aguardando voto-revisor	1
Aguardando lavratura de acórdão	2
Processos julgados pendentes de publicação	0
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	0
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	3

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3013
Média de processos distribuídos mensalmente	251,08

### 1.7 Processos julgados

Total	4527
Julgados monocraticamente	695
Média mensal de processos julgados monocraticamente	57,9
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	3832
Média mensal de processos julgados em sessão	319,3
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	377,2
Votos-vista (pendentes para julgamento)	2
Declaração de votos vencidos	Dado indisponível no sistema Esparta. Já disponível no sistema PJE.
Votos-revisor	Trata-se de dado indisponível, pois não são votos escritos (que poderiam ser contabilizados por ocasião da juntada aos autos), mas proferidos oralmente em Sessão de julgamento.
Votos vencedores	2
Decisões liminares e antecipação de tutela	781
Decisões não terminativas	1298
Embargos de declaração	798
Agravos regimentais	240

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4527
Processos Distribuídos/redistribuídos	3013

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	5175 (Julgados em Sessão mais incidentes. Período utilizado: de 01/06/2011 a 30/04/2012)
Acórdãos publicados	3934
Acórdãos lavrados	5175
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	111
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	8

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim. Atuação, em substituição ao Desembargador, em razão de férias regulamentares, dos Juízes Federais Cesar Artur Cavalcanti de Carvalho (8/6/2011 a 6/8/2011; e 9/1/2012 a 7/2/2012) e Cintia Brunetta (24/8/2011 a 22/9/2011).

## 2 Processos inspecionados

Foram selecionados 134 processos.

## 3 Relatório

Verificação de rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## **Desembargador Federal Francisco Geraldo Apoliano Dias**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 11º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

Terceira Turma (Presidente) - Pleno - Conselho de Administração - Coordenação dos Juizados Especiais Federais

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	6
TOTAL	27

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	2
FC1	0

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	2849 - SI- 1º/06/12
Total no TRF	TEMPORARIAMENTE INDISPONÍVEL A OBTENÇÃO DOS DADOS NO SISTEMA ESPARTA 08/06/12
Total de processos virtuais	15 - SI - 06/06/12
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	05- SJ - 07/06/12
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	00 - SJ - 06/06/12
Ações originárias	18 - SJ - 17/05/12
Ações coletivas	174 - SJ - 17/05/12

Réus presos	14 - SJ - 17/05/12
Embargos de Declaração	333 - SI - 1º/06/12
Agravos regimentais/legais	25- SJ - 17/05/12
Aguardando voto vencido	00 - GAGA - 06/06/12
Aguardando voto-vista	00 - GABGA - 06/06/12
Aguardando voto-revisor	22 - GABGA - 06/06/12
Aguardando lavratura de acórdão	00- SJ - 17/05/12
Processos julgados pendentes de publicação	131- SJ - 17/05/12
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	00- SJ - 17/05/12
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	04- SJ - 17/05/12

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3007 - SJ
Média de processos distribuídos mensalmente	251 - SJ

### 1.7 Processos julgados

Total	3.393 - SJ
Julgados monocraticamente	34 - SJ
Média mensal de processos julgados monocraticamente	03 - SJ
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	3359 - SJ
Média mensal de processos julgados em sessão	280 - SJ
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	283 - SJ
Votos-vista (pendentes para julgamento)	00 - GABGA
Declaração de votos vencidos	INDISPONÍVEL NO SISTEMA ESPARTA (EXISTENTE NO PJE)
Votos-revisor	INDISPONÍVEL - VOTOS PROFERIDOS ORALMENTE NA SESSÃO
Votos vencedores	01 - SI
Decisões liminares e antecipação de tutela	951 - GABGA
Decisões não terminativas	3515 - SJ
Embargos de declaração	1405 - SI
Agravos regimentais	29 - SI

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	1523 - SJ
Processos Distribuídos/redistribuídos	1237 - SJ

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4849 - SJ
Acórdãos publicados	4130- SI

Acórdãos lavrados	4849- SJ
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	2186- SJ
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	2186- SJ

1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título? Frederico José Pinto de Azevedo – 28/02/11 a 29/03/11 – férias; José Maximiliano Cavalcanti – 22/04/11 a 15/06/11 – licença saúde/férias; Frederico Wildson Dantas – 09/04/12 a 08/05/12 – férias.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 114 processos.

## **3 Relatório**

Verificação de rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## **Desembargadora Federal Margarida de Oliveira Cantarelli**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 13º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

4ª Turma e Pleno.

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	2
Estagiários nível médio	0
Estagiários nível superior	8
Servidores requisitados	7
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	1
FC1	0

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	
Total no TRF	822
Total de processos virtuais	20
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	0
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	234
Ações originárias	19
Ações coletivas	0
Réus presos	0
Embargos de Declaração	105
Agravos regimentais/legais	50
Aguardando voto vencido	0

Aguardando voto-vista	1
Aguardando voto-revisor	0
Aguardando lavratura de acórdão	0
Processos julgados pendentes de publicação	0
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	0
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	0

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3.012
Média de processos distribuídos mensalmente	251

### 1.7 Processos julgados

Total	3241
Julgados monocraticamente	29
Média mensal de processos julgados monocraticamente	2,4
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	3212
Média mensal de processos julgados em sessão	267
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	270
Votos-vista (pendentes para julgamento)	1
Declaração de votos vencidos	0
Votos-revisor	45
Votos vencedores	70
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	2829
Embargos de declaração	1462
Agravos regimentais	59

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	3241
Processos Distribuídos/redistribuídos	3012

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	3241
Acórdãos publicados	3250
Acórdãos lavrados	3241
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	0
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	0

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título? Sim, substituição de férias.**



### **3 Processos inspecionados**

Foram selecionados 87 processos.

### **4 Relatório**

No Gabinete, em maio de 2012, estavam em tramitação 234 processos (sem Meta 2/2009-CNJ ou Meta 2/2010-CNJ), sendo 19 ações originárias e 215 recursos (50 agravos de instrumento e 105 embargos declaratórios); 20 processos virtuais e 822 em termos de total em tramitação no Tribunal.

No período-base, houve o julgamento de 1.462 embargos de declaração, 59 agravos regimentais; foram proferidos 45 votos como revisor, 70 votos vencedores e 2.829 decisões não terminativas.

O acervo encontra-se organizado, com estantes e armários para guarda de processos com minutas elaboradas, que aguardam exame do relator ou data do respectivo julgamento.

A inspeção apurou, na amostragem, divergências de datas ou omissão completa de ato ou informação processual, entre a base de dados do sistema de acompanhamento processual e o constante dos autos físicos. Destaque-se o fato de que não existe registro no processo físico de fases processuais, como inclusão em pauta e adiamento.

Não foram identificados processos de META 2 – CNJ e, devido ao acervo reduzido, não existe controle de prioridade. Os que dependem de julgamento colegiado são incluídos em pauta quando da chegada do processo no Gabinete, e, no período até a respectiva sessão, são elaborados o relatório, voto e acórdão; os processos que dependem de tramitação são igualmente examinados de imediato, não se verificando atrasos no exame de liminares ou de antecipações de tutela recursal, porque, segundo dados de 12/06/2012, estavam em tramitação no Gabinete apenas 50 agravos de instrumento distribuídos.

Não foram informados nem localizados acórdãos pendentes de lavratura no Gabinete.

Não há feitos sobrestados por repercussão geral ou recursos repetitivos.

Recomendação:

- Priorização dos feitos pautados e adiados, com exame das petições, a fim de possibilitar imediata retomada do julgamento.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Desembargador Federal Francisco Queiroz de Bezerra Cavalcanti

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 9º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

1ª Turma, Pleno e Conselho de Administração.

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	8
TOTAL	26

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	1
FC1	0

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	883 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA DATA: 31/05/12
Total no TRF	2.399- FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 31/05/12
Total de processos virtuais	24 - FONTE: SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DATA: 07/06/2012
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	09 - FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 07/06/2012
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	03 - FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 07/06/2012
Ações originárias	239 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 07 DATA:

	17/05/2012
Ações coletivas	41 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 06 DATA: 17/05/2012
Réus presos	03 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 09 DATA: 17/05/2012
Embargos de Declaração	12 - FONTE: CONTAGEM FÍSICA DATA: 08/06/2012
Agravos regimentais/legais	6 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 05 DATA: 17/05/2012
Aguardando voto vencido	0 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 16 DATA: 17/05/2012
Aguardando voto-vista	0 - FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 31/05/2012
Aguardando voto-revisor	0 - FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 31/05/2012
Aguardando lavratura de acórdão	0 - FONTE: RELATÓRIO SISTEMA ESPARTA DATA: 31/05/2012
Processos julgados pendentes de publicação	1- FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 01 DATA: 17/05/2012
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	8 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 03 DATA: 11/05/2012
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	52 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA - QUESTÃO 02 DATA: 17/05/2012

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3037 - FONTE: RELATÓRIO SECRETARIA JUDICIÁRIA
Média de processos distribuídos mensalmente	253

### 1.7 Processos julgados

Total	5597
Julgados monocraticamente	376
Média mensal de processos julgados monocraticamente	31
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	5221
Média mensal de processos julgados em sessão	435
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	466
Votos-vista (pendentes para julgamento)	0
Declaração de votos vencidos	DADO INDISPONÍVEL

Votos-revisor	122
Votos vencedores	64
Decisões liminares e antecipação de tutela	780
Decisões não terminativas	2446
Embargos de declaração	1372
Agravos regimentais	81

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4126 - (JULGADOS EM SESSÃO + JULGADOS POR DESPACHO)
Processos Distribuídos/redistribuídos	3037

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	5221 - (JULGADOS EM SESSÃO, INCLUINDO OS INCIDENTES)
Acórdãos publicados	4950 - (NÃO CONSTAM OS JULGADOS EM 24 E 31/05/2012, POIS SÓ FORAM PUBLICADOS EM 1º E 08/06, RESPECTIVAMENTE)
Acórdãos lavrados	DADO INDISPONÍVEL
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	71
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	DADO INDISPONÍVEL

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim. Por ocasião das férias do Desembargador titular, nos seguintes períodos: 15/06 a 14/07/11; 01 a 30/08/11; 31/08 a 29/09/11; 30/09 a 31/10/11 e 10/01 a 08/02/12.

### 3. Processos inspecionados

Foram selecionados 95 processos.

#### 4. Relatório

Verificou-se boa organização do acervo, adotando-se critério de tipo de ação e matéria, ordem cronológica de distribuição, sem prejuízo das prioridades legais. O Gabinete informou a existência de triagem inicial de todos os feitos, segundo critérios internos de organização e distribuição de serviço.

A inspeção apurou, na amostragem, divergências de datas ou omissão completa de ato ou informação processual, entre a base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Destaque-se o fato de que não existe registro no processo físico de fases processuais como inclusão em pauta e adiamento.

Os processos de META 2 – CNJ foram acompanhados. Dentre os distribuídos até 31/12/2005, 5 foram devolvidos para novo julgamento e já pautados para sessões entre 21/6/2012 e 05/07/2012, e 2 encontram-se em fase de execução com diligência à contadoria; dentre os distribuídos até 31/12/2007, 1 encontra-se julgado, 2 foram pautados, 1 foi adiado, e 1 foi retirado de pauta para diligência; dentre os distribuídos até 31/12/2008, 1 foi pautado e retirado de pauta para diligência, e 1 encontra-se pautado para julgamento.

Excetuados tais processos, os mais antigos, por ano de distribuição, são os de 2009; tendo sido listados em tal situação 33 processos, dos quais 11 estão inclusos em pauta para julgamento, existindo meta interna do Gabinete para julgamento prioritário.

A amostragem indicou existência de processos pautados e adiados; a informação do Gabinete apontou 44 processos em tal situação, o mais antigo relativo à sessão de 15/12/2011.

Os feitos criminais mais antigos em tramitação foram distribuídos em 2011, com conclusões recentes; foram identificados, na inspeção física ou por meio de relatórios de andamento processual, 6 feitos com réus presos, 3 já julgados, 1 com vista ao Ministério Público, 1 com prazo para contrarrazões do recorrido, e 1 conclusivo no período de inspeção. Havia 1 único *habeas corpus*, com voto pronto para julgamento para a sessão de 5/7/2012. Não existem revisões criminais em tramitação.

Não foram informados nem localizados acórdãos pendentes de lavratura no Gabinete.

Nos agravos de instrumento para exame inicial (arts. 558 ou 557, CPC) não foi verificado atraso; na amostragem as conclusões eram recentes de 11 ou 12/6/2012.

As ações civis públicas, incluindo as de improbidade administrativa, estão sob controle e sofrem acompanhamento direto da Assessoria, verificamos na organização física do Gabinete distribuições e conclusões recentes, de 2012.

Em relação a feitos de interesse de idosos, o Gabinete informou existirem, no total, 34 processos, com conclusão mais antiga datada de 24/5/2011, dos quais apenas 7 ainda estão conclusos e pendentes de julgamento; 8 já foram julgados; 18 estão inclusos em pauta; e 1 pendente de embargos de declaração opostos em 13/6/2012.

Não há feitos sobrestados por repercussão geral ou recursos repetitivos.

Recomendação:

- Priorização no julgamento de feitos com preferência legal, além dos já pautados e adiados.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Desembargador Federal Luiz Aberto Gurgel de Faria

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 12º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Plenário, 3ª Turma, Conselho de Administração, TRE.

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	3
Servidores requisitados	8
TOTAL	24

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	2
FC1	0

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	Estatística da Secretaria Judiciária/Subsecretaria de Informática - Em 01.06.12429
Total no TRF	Sistema ESPARTA - Em 01.06.121491
Total de processos virtuais	Site PJE - Em 06.06.1208
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	Estatística SJ/SI - Em 07.06.1200
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	Estatística SJ/SI - Em 07.06.1200
Ações originárias	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1207
Ações coletivas	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1253
Réus presos	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1200

Embargos de Declaração	Sistema ESPARTA - Em 01.06.1287
Agravos regimentais/legais	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1219
Aguardando voto vencido	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1200
Aguardando voto-vista	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1202
Aguardando voto-revisor	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1200
Aguardando lavratura de acórdão	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1200
Processos julgados pendentes de publicação	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1265
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1224
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	Estatística SJ/SI - Em 17.05.1215

### 1.6 Processos distribuídos

Total	Estatística SJ/SI2923
Média de processos distribuídos mensalmente	243

### 1.7 Processos julgados

Total	Estatística SJ/SI. Período: 01/06/11 a 01/06/12.6059
Julgados monocraticamente	Estatística SJ/SI. Período 01/06/11 a 01/06/12.481
Média mensal de processos julgados monocraticamente	40
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	Estatística SJ/SI. Período 01/06/11 a 01/06/12.3873
Média mensal de processos julgados em sessão	322
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	362
Votos-vista (pendentes para julgamento)	Estatística SJ/SI - Em 17.05.2012 - 02
Declaração de votos vencidos	Dado indisponível no Sistema ESPARTA. Questão já corrigida no PJE.
Votos-revisor	Dado indisponível, porquanto os votos são proferidos oralmente em sessão.
Votos vencedores	ESPARTA - Período de 01/06/11 a 01/06/12. Relator para acórdão em 23 processos.
Decisões liminares e antecipação de tutela	ESPARTA - Período de 01/06/11 a 01/06/12: 1209
Decisões não terminativas	ESPARTA - Período de



	01/06/11 a 01/06/12: 1209
Embargos de declaração	ESPARTA - Período de 01/06/11 a 01/06/12: 1591
Agravos regimentais	ESPARTA - Período de 01/06/11 a 01/06/12: 114

**1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	Estatística SJ/SI 4354
Processos Distribuídos/redistribuídos	Estatística SJ/SI 2923

**1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	Sistema ESPARTA e estatística SJ/SI. Considerado o período de 01/06/11 a 01/05/2012 - 5.018
Acórdãos publicados	Sistema ESPARTA e estatística SJ/SI Considerado o período de 01/06/11 a 01/05/2012- 5.018
Acórdãos lavrados	Sistema ESPARTA e estatística SJ/SI. Considerado o período de 01/06/11 a 01/05/2012- 5.018
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	Sistema ESPARTA. Considerado o período de 01/06/11 a 01/05/2012- 185
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	Sistema ESPARTA. Considerado o período de 01/06/11 a 01/05/2012- 185

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?**

Sim. Atuou como convocado o Juiz Federal da 5ª Vara/RN, Dr. Ivan Lira de Carvalho, no período de 09/01/12 a 05/02/12, em razão das férias do Des. Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria.

**3. Processos inspecionados**

Foram selecionados 104 processos.

**4. Relatório**

Verificou-se rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Desembargador Federal Paulo de Tasso Benevides Gadelha

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 10º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Pleno, 2ª Turma, Conselho de Administração e TRE (suplente).

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	2
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	7
Servidores requisitados	7
TOTAL	28

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	2
FC1	

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	4.427 (www.trf5.jus.br) (em 01/06/2012)
Total no TRF	5.078 (www.trf5.jus.br; sistema ESPARTA) (em 01/06/2012). obs: estão incluídos os processos na Turma esperando admissibilidade de recursos especiais e extraordinários.
Total de processos virtuais	20(PJe) (em 01/06/2012)
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	1 (Secretaria Judiciária) (em 01/06/2012)(AC 196026)
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	1(Secretaria Judiciária) (em 01/06/2012)(RPPL 63)
Ações originárias	77(Secretaria Judiciária) (em

	17/05/2012)
Ações coletivas	176(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Réus presos	14 (Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Embargos de Declaração	321(sistema ESPARTA) (em 01/06/2012)
Agravos regimentais/legais	27(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Aguardando voto vencido	4(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Aguardando voto-vista	4(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Aguardando voto-revisor	10(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Aguardando lavratura de acórdão	10(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Processos julgados pendentes de publicação	142(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	591(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	59(Secretaria Judiciária) (em 17/05/2012)

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3.039 - (Secretaria Judiciária) (em 01/06/2012)
Média de processos distribuídos mensalmente	253

### 1.7 Processos julgados

Total	4.524
Julgados monocraticamente	243
Média mensal de processos julgados monocraticamente	20
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	2.975
Média mensal de processos julgados em sessão	248
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	268
Votos-vista (pendentes para julgamento)	4
Declaração de votos vencidos	Informação indisponível no sistema atual, porém já corrigido no PJe.
Votos-revisor	votos proferidos oralmente nas sessões de julgamento.
Votos vencedores	13
Decisões liminares e antecipação de tutela	211
Decisões não terminativas	187

Embargos de declaração	1.229
Agravos regimentais	32

### **1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	3.218
Processos Distribuídos/redistribuídos	3.039

### **1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	3.849 - obs: excluídos os processos do mês de maio/2012
Acórdãos publicados	3.849 - obs: excluídos os processos do mês de maio/2012
Acórdãos lavrados	3.849 - obs: excluídos os processos do mês de maio/2012
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	53
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	53

### **1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?**

Sim, a título de férias e licença médica.

## **2 Boas práticas**

Manter a harmonia funcional dos servidores; a partir dela, com rígido controle de dados, operar a apreciação dos feitos em caráter quase imediato (considerando-se a data da entrada no gabinete).

## **3 Processos inspecionados**

Foram selecionados 143 processos.

## **4 Relatório**

O Gabinete informou a existência de triagem inicial de todos os feitos, segundo critérios internos de organização e distribuição de serviço.

A inspeção apurou, na amostragem, divergências de datas ou omissão completa de ato ou informação processual, entre a base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Destaque-se, o fato de que não

existe registro no processo físico de fases processuais como inclusão em pauta e adiamento.

A despeito da boa organização física dos processos, o volume de feitos em tramitação prejudica um maior controle do acervo, no que tange ao razoável cumprimento de prazos legais e aqueles com preferência de julgamento. Não foi identificada a existência de plano de trabalho capaz de projetar a redução significativa do acervo para curto ou médio prazo.

A amostragem indicou existência de processos pautados e adiados e levantamento mais aprofundado, pelo sistema ESPARTA. Identificou-se cerca de 400 processos em tal situação, o mais antigo relativo à sessão de 30/06/2009. Os processos mais antigos em tramitação no Gabinete são de 2007, recebidos por sucessão pelo atual relator, com conclusões mais antigas que datam de 2009, porém mais significativamente de 2010 e 2011.

Existem feitos criminais, com conclusões, por amostragem, a partir de 2009 e, quanto a réus presos, as conclusões são de 2012. Foram ainda identificadas ações de improbidade administrativa com conclusões que datam, inclusive, de 2009.

Existe pequeno número de processos pendentes de lavratura de acórdão em torno de 10, estando em fase de regularização, inclusive um deles, relativo à sessão de 13/03/2012, já estava assinado, na data da inspeção, e aguardando remessa à Secretaria, sendo orientado o Gabinete para o imediato encaminhamento para publicação.

Quanto a agravos de instrumento e outras ações com pedidos de liminares ou antecipações de tutela, existe separação física no Gabinete, por ordem de distribuição, sendo, por amostragem, identificados feitos inclusive distribuídos em 2011, ainda pendentes de exame inicial.

Não existem feitos sobrestados por repercussão geral ou recursos repetitivos.

#### Recomendações:

- Priorização no exame de feitos com pedidos de liminares ou antecipações de tutela, especialmente agravos de instrumento; e no julgamento de feitos pautados e adiados, com a identificação das causas mais comuns de adiamento para redução de sua incidência; e regularização de fases no sistema processual.

De forma mais abrangente, é altamente recomendável elaborar plano de trabalho com levantamento específico de todos os feitos com preferência legal e pedidos de liminares ou antecipações de tutela pendentes de julgamento para imediato julgamento; além da fixação de metas semanais e mensais para redução de acervo, com controle de resultados individuais e por grupo, com observância de critérios objetivos, como data de distribuição ou tempo de conclusão, a fim de permitir maior controle e racionalização dos serviços e do tempo razoável de duração dos processos.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 12º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Pleno, 2ª Turma, Diretor de Revista.

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	4
TOTAL	27

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	0
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	0
FC5	6
FC4	6
FC3	0
FC2	2
FC1	0

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	441 SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA – MÓDULO RELATÓRIO POR LOCAL
Total no TRF	1.067 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Total de processos virtuais	10 – SISTEMA DO PJE DO TRF
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	1 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
Ações originárias	11 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Ações coletivas	0
Réus presos	1 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Embargos de Declaração	55 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Agravos regimentais/legais	6 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Aguardando voto vencido	0



Aguardando voto-vista	0
Aguardando voto-revisor	0
Aguardando lavratura de acórdão	0
Processos julgados pendentes de publicação	Não há no Gabinete
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	0
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	22 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3.025 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Média de processos distribuídos mensalmente	252,08 – SISTEMA ESPARTA

### 1.7 Processos julgados

Total	3.412 – SISTEMA ESPARTA
Julgados monocraticamente	29 – SISTEMA INFORMATIZADO ESPARTA
Média mensal de processos julgados monocraticamente	2,41 – SISTEMA ESPARTA
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	4.854 – SISTEMA ESPARTA
Média mensal de processos julgados em sessão	404,50 – SISTEMA ESPARTA
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	406,91 – SISTEMA ESPARTA
Votos-vista (pendentes para julgamento)	
Declaração de votos vencidos	SEM INFORMAÇÃO
Votos-revisor	
Votos vencedores	80 – SISTEMA ESPARTA
Decisões liminares e antecipação de tutela	29 – SISTEMA ESPARTA
Decisões não terminativas	SEM INFORMAÇÃO
Embargos de declaração	1.356 – SISTEMA ESPARTA
Agravos regimentais	90 – SISTEMA ESPARTA

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	3.417 – SISTEMA ESPARTA
Processos Distribuídos/redistribuídos	3.025 – SISTEMA ESPARTA

### **1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	3.645 – SISTEMA ESPARTA
Acórdãos publicados	3.645 – SISTEMA ESPARTA
Acórdãos lavrados	3.645 – SISTEMA ESPARTA
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	39 – SISTEMA ESPARTA
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	SEM INFORMAÇÃO

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim. Convocação por motivos de férias do desembargador titular.

### **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 90 processos.

### **3 Relatório**

Verificou-se rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## **Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 13º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

Pleno e 3ª Turma

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	5
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	7 (sendo 1 cedido pelo Gabinete do Des. Federal Vladimir Carvalho)
Servidores requisitados	12
TOTAL	27

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	2 (sendo que uma das funções não está preenchida)
FC1	

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	2.395 - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012
Total no TRF	3.610 (soma dos processos no Gabinete, Terceira Turma e Pleno) - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012
Total de processos virtuais	20 - Fonte: INFOX em 30/05/2012
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	05 - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012

Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	00 - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012
Ações originárias	56 - Fonte: SJ/SI (Questões 7 e 8, excluindo agravos e apelações criminais) em 17/05/2012
Ações coletivas	99 - Fonte: SJ/SI (Questão 6) em 17/05/2012
Réus presos	6 - Fonte: SJ/SI (Questão 9) em 17/05/2012
Embargos de Declaração	243 - Fonte: Esparta. Módulo Relatório. Processo por local. Classe 303. Local Físico 224. Em 01/06/2012
Agravos regimentais/legais	8 - Fonte: SJ/SI (Questão 5) em 17/05/2012
Aguardando voto vencido	0 - Fonte: SJ/SI (Questão 16) em 17/05/2012
Aguardando voto-vista	1 - Fonte: SJ/SI (Questão 14) em 17/05/2012
Aguardando voto-revisor	0 - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012
Aguardando lavratura de acórdão	7 - Fonte: SJ/SI (Questão 15) em 17/05/2012
Processos julgados pendentes de publicação	106 - Fonte: SJ/SI (Questão 1) em 17/05/2012
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	206 - Fonte: SJ/SI (Questão 3) em 17/05/2012
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	8 - Fonte: SJ/SI (Questão 2) em 17/05/2012

### 1.6 Processos distribuídos

Total	3.011 - Fonte: SJ/SI em 01/06/2012
Média de processos distribuídos mensalmente	250

### 1.7 Processos julgados

Total	4.120 - Fonte: SJ/SI (base 01/06/2011 a 01/06/2012)
Julgados monocraticamente	268 - Fonte: SJ/SI (base 01/06/2011 a 01/06/2012)
Média mensal de processos julgados monocraticamente	22
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	3.852 - Fonte: SJ/SI (base 01/06/2011 a 01/06/2012)
Média mensal de processos julgados em sessão	321
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	343
Votos-vista (pendentes para julgamento)	0

Declaração de votos vencidos	Dados indisponíveis no sistema Esparta. Já corrigido no PJe.
Votos-revisor	Dados indisponíveis. Os votos são proferidos oralmente nas sessões.
Votos vencedores	14 - Fonte: Esparta - Estatística de Julgamento. Designado para acórdão. Relator 224. (01/06/2011 a 01/06/2012)
Decisões liminares e antecipação de tutela	380 - Fonte: Esparta - Relatório de Complemento (TUMP) por Gabinete. Relator 224. (01/06/2011 a 01/06/2012)
Decisões não terminativas	1.645 - Fonte: Esparta - Estatística de Movimentação. Classificação: Órgão Julgador e Relator. Fase: Publicação. Complemento: Despacho. (01/06/2011 a 01/06/2012)
Embargos de declaração	1.534 - Fonte: Esparta - Estatística de Julgamento. Relator 224. Fase: Julgamento de Incidente. (01/06/11 a 01/06/12)
Agravos regimentais	31 - Fonte: Esparta - Estatística de Julgamento. Relator 224. Fase: Julgamento de Incidente. (01/06/11 a 01/06/12)

#### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	5.705 (4.120 + 1.585 - incidentes). Fonte: SJ/SI (base 01/06/2011 a 01/06/2012)
Processos Distribuídos/redistribuídos	3.072 (3.011 + 61). Fonte: SJ/SI (base 01/06/2011 a 01/06/2012 - distribuídos)

	<p>+ ESPARTA. Módulo Relatório. Estatística de Movimentação. Analítico. Desmarca o último movimento. Classificação: Relator, Data. Relator: 224. Período: 01/06/2011 a 01/06/2012. Fase: 16 (remessa interna). Complemento 1: 13 (distribuição). Complemento 2: 3242 (redistribuição).</p>
--	--

**1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

<p>Processos Julgados</p>	<p>3.944 - Fonte: Esparta. Módulo de Relatórios. Relatório de acórdãos publicados em até 10 dias. Referência: 01/06/2011 a 30/04/2012. Em razão de os processos julgados nas sessões de MAIO deste ano ainda estarem dentro do prazo de publicação (10 dias úteis).</p>
<p>Acórdãos publicados</p>	<p>3.944 - Fonte: Esparta. Módulo de Relatórios. Relatório de acórdãos publicados em até 10 dias. Referência: 01/06/2011 a 30/04/2012. Em razão de os processos julgados nas sessões de MAIO deste ano ainda estarem dentro do prazo de publicação (10 dias úteis).</p>
<p>Acórdãos lavrados</p>	<p>3.944 - Fonte: Esparta. Módulo de Relatórios. Relatório de acórdãos publicados em até 10 dias. Referência: 01/06/2011 a 30/04/2012. Em razão de os processos julgados nas sessões de MAIO deste</p>

	ano ainda estarem dentro do prazo de publicação (10 dias úteis).
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	32 - Fonte: Esparta. Módulo de Relatórios. Acórdãos publicados após 10 dias. Referência: 01/06/11 a 01/06/12
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	32 - Fonte: Esparta. Módulo de Relatórios. Acórdãos publicados após 10 dias. Referência: 01/06/11 a 01/06/12

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim. De 30/6 a 16/11/2011 – Dr. Bruno Leonardo Câmara Carrá. E de 9/01 a 7/2/2012, Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho. A título de férias.

## 2 Processos inspecionados

Foram selecionados 117 processos.

## 3 Relatório

Verificou-se rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.

## **Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt**

### **1 Dados da Unidade**

#### **1.1 Localização**

Edifício Ministro Djaci Falcão, 9º andar.

#### **1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção**

Plenário, 1ª Turma

#### **1.3 Servidores em Atividade**

Servidores efetivos	13 (2 removidos da JFPE)
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	6
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

#### **1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade**

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	2
FC1	

#### **1.5 Processos em tramitação**

Total no Gabinete	1332 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Total no TRF	2711 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Total de processos virtuais	18 em 05/06/2012 Secretaria Judiciária
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	07 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	02 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Ações originárias	21 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária



Ações coletivas	95 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária
Réus presos	02 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária
Embargos de Declaração	241 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Agravos regimentais/legais	20 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Aguardando voto vencido	01 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Aguardando voto-vista	03 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Aguardando voto-revisor	0, em 01/06/2012 Sistema ESPARTA
Aguardando lavratura de acórdão	02 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Processos julgados pendentes de publicação	0 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	11 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	11 em 17/05/2012 Secretaria Judiciária

### 1.6 Processos distribuídos

Total	2999- Secretaria Judiciária
Média de processos distribuídos mensalmente	250- Secretaria Judiciária

### 1.7 Processos julgados

Total	4579
Julgados monocraticamente	82
Média mensal de processos julgados monocraticamente	7,1
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	4497
Média mensal de processos julgados em sessão	374,75
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	381,58
Votos-vista (pendentes para julgamento)	03 em 01/06/2012 Secretaria Judiciária
Declaração de votos vencidos	Dados indisponíveis no Sistema de Informação (ESPARTA).
Votos-revisor	Votos proferidos oralmente em sessão. Dados indisponíveis no Sistema de Informação (ESPARTA).
Votos vencedores	Votos proferidos oralmente em sessão. Dados

	indisponíveis no Sistema de Informação (ESPARTA).
Decisões liminares e antecipação de tutela	462
Decisões não terminativas	174
Embargos de declaração	1699
Agravos regimentais	32

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4579
Processos Distribuídos/redistribuídos	2999

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4497
Acórdãos publicados	4620
Acórdãos lavrados	4497
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	40
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim. 30/05 a 26/06/2011- Férias.

## 2 Processos inspecionados

Foram selecionados 106 processos.

## 3 Relatório

O Desembargador Federal Manoel Erhardt assumiu o Gabinete em março de 2011, após deixar a Corregedoria, tendo recebido um acervo de cerca de 2700 processos, atualmente reduzido para cerca de 1300.

O Des. Manoel Erhardt acumula, desde 1.4.12, as funções de Diretor da Escola da Magistratura.

Por ocasião da inspeção, estava convocado, para substituição do Desembargador Federal, o Juiz Federal Emiliano Zapata Miranda Leitão.

Gabinete bem organizado, com distribuição funcional e racional do trabalho e boa organização do acervo.

Boas Práticas:

A separação dos processos em fase de execução, tendo em vista que se trata de questões que chegam ao TRF pela segunda vez, em processos antigos;

Quanto às publicações, não foram encontrados atrasos significativos nos processos analisados.

Verificou-se rígido controle de prescrição em processos penais.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.

## Desembargador Federal Francisco Barros Dias

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 7º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Plenário, 2ª Turma, Vice-Diretor da ESMAFE

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	7
Servidores requisitados	11
TOTAL	27

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	2
FC1	

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	220. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Total no TRF	1.050. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Total de processos virtuais	3. Fonte: INFOX, em 08.06.12.
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	11. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	05. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Ações originárias	10. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Ações coletivas	13. Fonte: Secretaria Judiciária, questão n. 06, em 17.05.12.
Réus presos	0. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.

Embargos de Declaração	30. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Agravos regimentais/legais	4. Secretaria Judiciária, questão 05, em 11.06.12.
Aguardando voto vencido	0. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Aguardando voto-vista	0. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Aguardando voto-revisor	0. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Aguardando lavratura de acórdão	0. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Processos julgados pendentes de publicação	1. Consulta interna no gabinete, em 11.06.12.
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	8. Consulta interna no Gabinete, em 11.06.12.
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	38. Secretaria Judiciária em 11.06.12.

#### 1.6 Processos distribuídos

Total	2.999. Fonte: Secretaria Judiciária em 08.06.12.
Média de processos distribuídos mensalmente	249,92.

#### 1.7 Processos julgados

Total	3.192. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Julgados monocraticamente	157. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Média mensal de processos julgados monocraticamente	13,08. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	3.035. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Média mensal de processos julgados em sessão	252,91. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	266. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Votos-vista (pendentes para julgamento)	Não há. Fonte: Pesquisa interna no Gabinete, em 08.06.12.
Declaração de votos vencidos	Indisponível no Sistema Esparta.
Votos-revisor	0. Os votos são proferidos oralmente.
Votos vencedores	49. Fonte: Esparta, em 08.06.12.

Decisões liminares e antecipação de tutela	884. Fonte: Pesquisa interna no Gabinete, em 08.06.12.
Decisões não terminativas	3.432. Fonte: Esparta - Estatística de Movimentação, em 11.06.12.
Embargos de declaração	1.273. Fonte: Esparta - Estatística de Julgamento, em 11.06.12.
Agravos regimentais	60. Fonte: Esparta - Estatística de Julgamento, em 11.06.12.

### **1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	3.192. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Processos Distribuídos/redistribuídos	2.999. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.

### **1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)**

Processos Julgados	3.192. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.192.
Acórdãos publicados	4.379. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Acórdãos lavrados	4.328. Fonte: Secretaria Judiciária, em 08.06.12.
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	82. Fonte: Esparta, em 08.06.12.
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	0. Fonte: Pesquisa interna no Gabinete.

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2012 a maio/2012? Sim.**

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 69 processos.

## **3 Relatório**

O Desembargador assumiu o Gabinete em janeiro de 2009, com acervo de 6784 processos, sendo o atual de 156 processos, dos quais apenas 40 não se encontravam minutados ou pautados por ocasião da inspeção;

Gabinete com funcionamento exemplar e acentuada redução do acervo, em curto espaço de tempo.

**Boas Práticas:**

- Reuniões semanais com a equipe de trabalho, na qual são discutidos temas do gabinete e os servidores podem dirimir dúvidas;

- Contato direto dos servidores e estagiários com o Desembargador, para esclarecer dúvidas;

- Estabelecimento de metas individuais, por servidor e pautas temáticas, quando o acervo era expressivo;

- Distribuição dos processos entre os servidores por matéria em caráter apenas preferencial, mas não exclusivo, de modo que nenhuma matéria fica desatendida ou haja acúmulos, mesmo em caso de férias ou licenças;

- Distribuição semanal, sempre às quintas-feiras, com a meta de inclusão em pauta até a quinta-feira seguinte, antes da nova distribuição;

- Os feitos são distribuídos por matéria, conforme a ordem de preferência dos servidores, que indicam até três matérias de sua afeição;

- As medidas urgentes e as ações penais são distribuídas, por ordem de chegada, alternadamente entre todos os servidores, com total transparência;

- Semanalmente, é feita uma verificação dos processos distribuídos e pendentes de julgamento.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 10º andar.

#### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Plenário, 4ª Turma, Conselho de Administração

#### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	1
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	6
Servidores requisitados	7
TOTAL	26

#### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	1
CJ2	2
CJ1	2
FC6	
FC5	6
FC4	6
FC3	
FC2	1
FC1	

#### 1.5 Processos em tramitação

Total no Gabinete	584 (fonte site do TRF em 01/06/2012)
Total no TRF	1353 (fonte site do TRF em 01/06/2012) Processos físicos no gabinete + processos no Pleno e processos na Turma) Constam na Turma os processos para admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários)
Total de processos virtuais	06 (fonte PJE em 07/06/2012)
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	zero (fonte Sec. Judiciária em 02/06/2012)



Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	zero (fonte Sec. Judiciária em 02/06/2012)
Ações originárias	13 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Ações coletivas	77 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Réus presos	01 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Embargos de Declaração	45 ( fonte sistema Esparta em 01/06/2012)
Agravos regimentais/legais	10 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Aguardando voto vencido	zero (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Aguardando voto-vista	03 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Aguardando voto-revisor	zero (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Aguardando lavratura de acórdão	04 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Processos julgados pendentes de publicação	85 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Processos conclusos para antecipação de tutela ou outras decisões cautelares	17 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Liminares apreciadas pendentes de julgamento definitivo	01 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)

### 1.6 Processos distribuídos

Total	2.985 (fonte Sec. Judiciária em 07/06/2012)
Média de processos distribuídos mensalmente	248

### 1.7 Processos julgados

Total	6.640 (soma dos julgados por decisão monocrática, sessão e incidentes)
Julgados monocraticamente	568 (fonte Sec. Judiciária em 07/06/2012)
Média mensal de processos julgados monocraticamente	47
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	4.251 (fonte Sec. Judiciária em 07/06/2012)
Média mensal de processos julgados em sessão	354
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em	401

sessão)	
Votos-vista (pendentes para julgamento)	03 (fonte Sec. Judiciária em 17/05/2012)
Declaração de votos vencidos	dados indisponíveis no sistema Esparta, já corrigido no PJE (processo judicial eletrônico)
Votos-revisor	proferido oralmente em sessão
Votos vencedores	08 (fonte Esparta em 07/06/2012, considerando os processos no qual este Desemb. foi o responsável pelo voto vencedor, portanto, designado para lavratura de acórdão)
Decisões liminares e antecipação de tutela	450 (fonte Esparta em 07/06/2012 - relatório tump)
Decisões não terminativas	2.531 (fonte Esparta em 07/06/2012 - dado obtido subtraindo do total publicado o número de despachos terminativos)
Embargos de declaração	1.588 (fonte Esparta em 07/06/2012)
Agravos regimentais	233 (fonte Esparta em 07/06/2012)

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	4.819 (fonte Secretaria Judiciária em 07/06/2012)
Processos Distribuídos/redistribuídos	2.985 (fonte Secretaria Judiciária em 07/06/2012)

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ (base março/2011 a fevereiro/2012)

Processos Julgados	5.478 (fonte site do TRF5 e Secretaria Judiciária) (total dos processos julgados em sessão + os incidentes)
Acórdãos publicados	5.478 (fonte site do TRF5)

	e Secretaria Judiciária) (total dos processos julgados em sessão + os incidentes)
Acórdãos lavrados	5.478 (fonte site do TRF5 e Secretaria Judiciária) (total dos processos julgados em sessão + os incidentes)
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	33 (fonte sistema Esparta em 07/06/2012)
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	33 (fonte sistema Esparta em 07/06/2012)

**1.10 Houve atuação de juiz convocado no período de junho/2011 a maio/2012 e a que título?** Sim, a título de férias nos períodos de 04/07 a 02/08/2011 e 17/01 a 16/02/2012.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 100 processos.

## **3 Relatório**

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## II – Unidades Processantes

### Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários

#### 1 Dados da Unidade

##### 1.1 Localização

Térreo do edifício anexo ao Edifício Ministro Djaci Falcão.

##### 1.2 Atuação do Magistrado em órgãos julgadores ou magistrados que atuam na turma/seção

Vice-Presidente do TRF

##### 1.3 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	29
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	9
Estagiários nível superior	14
Servidores requisitados	
TOTAL	

##### 1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	1
CJ1	
FC6	
FC5	
FC4	10
FC3	6
FC2	2
FC1	

##### 1.5 Processos em tramitação

Total no TRF	Total de processos na SREEO, 22.575, mais 8166 no setor de guarda dos processos sobrestados, de acordo com relatório extraído em 08.06.12. Total geral: 30.741
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	

Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	
Ações originárias	
Ações coletivas	
Réus presos	
Embargos de Declaração	
Agravos regimentais/legais	
Aguardando voto vencido	
Aguardando voto-vista	
Aguardando voto-revisor	
Aguardando lavratura de acórdão	
Petições pendentes de juntada	

### 1.6 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	
Média de processos distribuídos mensalmente	

### 1.7 Processos julgados (base junho/2011 a maio/2012)

Total	
Julgados monocraticamente	
Média mensal de processos julgados monocraticamente	
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	
Média mensal de processos julgados em sessão	
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	
Votos-vista (pendentes para julgamento)	
Declaração de votos vencidos	
Votos-revisor	
Votos vencedores	
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	
Agravos regimentais	

### 1.8 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	
Processos Distribuídos/redistribuídos	

### 1.9 Meta 4/2010-CNJ(base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	
Acórdãos publicados	
Acórdãos lavrados	
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	

**1.10. Critérios internos observados para a distribuição de atividades entre os servidores:** as atividades são distribuídas de acordo com a organização interna da Secretaria, nos seguintes setores: publicação, certificação, petição, cumprimento, ofício, penais, agravo, sobrestados, assessoria, remessa, trânsito em julgado, atendimento e recebimento externo, digitalização.

**1.11. Critérios internos observados para organização do acervo:** as decisões a serem publicadas são incluídas em expedientes diversos e de contraminuta de agravo. Processos para digitalização são divididos por lotes, observadas as prioridades; há separação dos processos penais na fase de publicação, intimação e decurso de prazo; as estantes são identificadas com os setores e placas indicativas de situação dos processos e localizadores; são selecionados os processos para vista por entidades públicas; petições e ofícios são organizados por data de protocolo. CDs oriundos do STJ são separados de acordo com a turma e data de protocolo; processos para a remessa externa, de acordo com o destino; processos da assessoria, segundo a matéria; processos com determinação de sobrestamento ou suspensos, de acordo com o paradigma; e processos encaminhados para o arquivo, de acordo com a classe processual.

**1.12. Critérios internos observados para triagem de processos novos:** não se aplica

**1.13. Tratamento dado aos processos tidos como prioritários, por força legal:** atualmente há separação dos processos penais e dos processos destinados a digitalização; de idosos; doença graves e penais. As partes e advogados que entram em contato, solicitando prioridades são atendidos, observadas as prioridades legais.

**1.14. Tempo médio de demora na lavratura de acórdãos:** não se aplica

**1.15. Solicitação de adiamentos ou pedidos de retirada do processo de pauta – motivos:** não se aplica

**1.16. Realização de controles estatísticos do Gabinete:** na SREEO, é feito o acompanhamento dos processos com vista, cujo prazo está excedido, assim como relatório de petições pendentes de juntada, em razão do qual realizaram-se, no ano de 2011, dois grandes mutirões de serviço extraordinário aos sábados.

**1.17. Enumerar extravio de autos, caso seja constatado no Gabinete:** atualmente a SREEO possui dois processos extraviados, a saber, 2006.84.00.36059 e 2005.81.00.0166680, sem movimentação desde fevereiro de 2009, que estavam em fase de separação por matéria para admissibilidade. Para esses processos, será necessária a restauração. Como realizamos a mudança das instalações físicas da SREEO com a transposição do acervo, estávamos esperando que fosse lançada alguma movimentação em referidos processos, o que, até agora, não ocorreu.

**1.18. Metas individuais de produtividade:** não há. No entanto, solicitamos aos servidores que mantenham os setores atualizados, dentro de um prazo que, para o acervo existente, consideramos razoável.

**1.19. Periodicidade das sessões de que participa o(a) Desembargador(a):** não se aplica.

**1.20 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** os mutirões realizados – o que mudou a fase dos processos ao ponto de mais da metade do nosso acervo estar com destino para digitalização e envio eletrônico ao STJ; a mudança do espaço físico, que, depois de anos, pela primeira vez, foi projetado para a organização do enorme acervo da SREEO; a guarda dos processos sobrestados em local específico no arquivo, observados os processos paradigma.

**1.21 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:** reestruturação urgente das funções da Subsecretaria de Recursos, destinando mais funções para a SREEO; lotação de mais servidores qualificados na Subsecretaria, assim como estagiários de nível superior; implantação definitiva do processo eletrônico, o que resolveria, de uma vez por todas, o grave problema de localização e juntada das milhares de petições protocolizadas mensalmente, bem assim o extravio de autos e a não localização com a prontidão necessária daqueles; acompanhamento e capacitação do quadro de pessoal da SREEO, que apresenta, atualmente, como um dos pontos mais críticos, a desatualização e desmotivação de boa parte dos servidores.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 177 processos.

## **3 Relatório**

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## Subsecretaria do Plenário

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 4º andar

#### 1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	4
Servidores requisitados	
TOTAL	

#### 1.3 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	1
CJ1	
FC6	1
FC5	3
FC4	6
FC3	
FC2	
FC1	

#### 1.4 Processos em tramitação

Total no TRF	515 (até 07/06/2012) – na Subsecretaria
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	1 – na Subsecretaria
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	1 – na Subsecretaria
Ações originárias	
Ações coletivas	
Réus presos	
Embargos de Declaração	
Agravos regimentais/legais	
Aguardando voto vencido	
Aguardando voto-vista	
Aguardando voto-revisor	
Aguardando lavratura de acórdão	
Petições pendentes de juntada	37



### 1.5 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	1.045
Média de processos distribuídos mensalmente	87

### 1.6 Processos julgados (base junho/2011 a maio 2012)

Total	717
Julgados monocraticamente	117
Média mensal de processos julgados monocraticamente	10
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	600
Média mensal de processos julgados em sessão	50
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	60
Votos-vista (pendentes para julgamento)	42
Declaração de votos vencidos	
Votos-revisor	342
Votos vencedores	
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	203
Agravos regimentais	254

### 1.7 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	717
Processos Distribuídos/redistribuídos	1.045

### 1.8 Meta 4/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	977
Acórdãos publicados	
Acórdãos lavrados	976
Acórdãos publicados com prazo superior a 10 dias após a lavratura	
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	87

**1.9 Organização da Unidade:** a unidade é organizada com a seguinte estrutura: um Núcleo Penal (com 1 Diretor e 3 servidores); uma Supervisão para os processos cíveis (com 1 supervisor e 02 servidores); uma Supervisão para os processos em execução (1 supervisor e 1 servidor) e uma supervisão para organização das sessões plenária (1 supervisor). Atendimento ao público em sistema de rodízio.

**1.10 Localização física dos autos:** os autos ficam localizados fisicamente em estantes abertas, devidamente identificadas por relator e fase processual.

**1.11 Critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos:** os processos são separados por fase processual e feitas as devidas informações no sistema. Se houver necessidade de localização interna, são lançadas informações em fases internas (não disponível ao público externo).

**1.12 Critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores:** as atividades são distribuídas de acordo com a estrutura mencionada no item 1.9.

**1.13 Tratamento dado aos processos tidos legalmente como prioritários:** são identificados por meio de etiquetas e o andamento dos referidos autos tem preferência.

**1.14 Atendimento de partes e advogados – regras especiais a serem observadas na consulta aos autos:** são observadas as regras de segredo de Justiça/sigilo. Quanto à vista em cartório, é disponibilizada ao público em geral. Para os advogados e estagiários é observada a regra do Ato n. 130/2006. Para as Entidades Públicas, é necessário prévio credenciamento de servidores, junto à Presidência do Tribunal (a lista é disponibilizada na INTRANET).

**1.15 Tempo médio de publicação de decisões e de acórdãos:** em cumprimento à Meta 4 do CNJ, atualmente, a publicação de acórdãos é feita no prazo de 10 dias. Para as publicações das decisões, é feito expediente semanalmente, em caso de urgência, o expediente é enviado imediatamente.

**1.16 Controles estatísticos da Unidade:** O sistema processual ESPARTA dispõe do Módulo relatório, utilizado pela Unidade.

**1.17 Controle de cargas e remessas (Advogados; Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União):** são feitas guias de remessa externa com registro no sistema processual ESPARTA com saída e devolução dos autos. O controle é feito pelo Módulo de Relatório, onde são listados todos os processos com vista. Regularmente, são verificados os processos com excesso de prazo.

**1.18 Tempo médio de tramitação dos feitos, na Unidade:** Fica a depender da natureza do feito.

**1.19 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** a emissão periódica de relatórios para o controle de tramitação dos feitos.

**1.20 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:**

**1.21 Controle e procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada:** o controle é feito pelo Módulo Relatório do sistema ESPARTA, específico para o caso, a cada 10 dias.

**1.22 Controle de cobrança de Cartas de Ordem:** a cada três meses solicitam-se informações sobre as cartas não cumpridas.

**1.23 Metas individuais de produtividade:** somente metas coletivas.

**1.24 Periodicidade das Sessões:** semanal.

**1.25 Controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.):** não é feito pela Subsecretaria.

**1.26 Certificações do art. 141, V, do CPC:** para as partes pode ser feito por requerimento verbal e para os demais interessados, por requerimento escrito.

**1.27 Poderes da Unidade para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC):** estes seguem as regras constantes da Resolução n. 06/2006.

**1.28 Registro das movimentações processuais, dentro da própria Unidade, em sistema:** Realizado por meio das fases internas criadas pela própria unidade.

**1.29 Relatório de pendências a ser confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas quanto a votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado certo prazo:** é feito quanto aos votos-vista, observado o disposto no art. 125 *caput* do Regimento Interno deste Tribunal.

**1.30 Cumprimento da Meta 10/2010 – CNJ:** o sistema Hermes encontra-se neste Tribunal em pleno funcionamento. As comunicações dos atos processuais desta unidade são realizadas pelo malote eletrônico (Hermes), exceto nas unidades do Poder Judiciário que não tem o sistema implantado.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 107 processos.

## **3 Relatório**

A Secretaria organiza-se em quatro núcleos especializados (cível, penal, execuções e julgamento), composto por supervisor e servidores, com distribuição interna de serviço por relator.

A organização e espaço dos processos físicos são adequados, existindo, inclusive, sala reservada para processos sigilosos e guarda de material apreendido. Os feitos são

colocados em estantes, com separação, observados os critérios de relator e fase processual.

O volume de feitos em tramitação é de 515, no período-base informado, e, na data da inspeção, 569 feitos, dos quais 32 ações penais e 68 inquéritos, sem réus presos, constando apenas um conflito de jurisdição, com réu preso pela 1ª instância, mas já julgado pelo Plenário. Em termos de META 2 – CNJ, foi localizado um processo em tramitação, mas já julgado na data da inspeção.

Não existem atrasos significativos no processamento, porém a fase mais crítica refere-se ao cumprimento de carta precatória ou de ordem. Existe controle de vista e carga e, na data da inspeção, não havia processos em aberto nesta fase processual.

Em termos de controle de prazo de publicação de acórdãos, no período abrangido pela inspeção (junho de 2011 a maio de 2012), do total de 962 acórdãos publicados 88 não observaram o prazo de dez dias.

Na verificação física dos processos, não foram identificadas falhas procedimentais; persistindo, porém, algumas inconsistências entre atos processuais existentes nos autos e informações lançadas no sistema processual; porém o quadro geral de processamento é bom, e a Secretaria, na amostragem analisada, atende, significativamente, à meta interna do Tribunal de média de processamento dentro de cem dias.

**Recomendação:** priorização na juntada de petições protocoladas além do prazo de trinta dias; regularização de fases no sistema processual; e redução da incidência de publicações de acórdão além do prazo de dez dias.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## 1ª TURMA

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 5º andar

#### 1.2 Servidores em atividade

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	
Servidores requisitados	4

#### 1.3 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	
CJ1	1
FC6	
FC5	7
FC4	4
FC3	1
FC2	
FC1	

#### 1.4 Processos em tramitação

Total no TRF	
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	
Petições pendentes de juntada	

#### 1.5 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	
Média de processos distribuídos mensalmente	

#### 1.6 Processos julgados (base junho/2011 a maio/2012)

Total	
Julgados monocraticamente	

Média mensal de processos julgados monocraticamente	
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	
Média mensal de processos julgados em sessão	
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	
Votos-vista	
votos vencidos	
Votos-revisor	
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	
Agravos regimentais	

#### **1.7 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)**

Processos Julgados	
Processos Distribuídos	

#### **1.8 Meta 4/2010 – CNJ (base junho/2011 a maio/2012)**

Processos julgados	15.391
Acórdãos lavrados	15.152
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	239

**1.9 Organização da Unidade:** a 1ª Turma é dividida em equipes de trabalho por gabinete de relator. A preparação da pauta e informação da sessão de julgamentos são realizadas por um servidor. Outrossim, há um servidor específico para receber, registrar no controle interno da Divisão e distribuir as petições recebidas diariamente. Quanto ao atendimento presencial ao público, este é realizado mediante rodízio entre os funcionários.

**1.10 Localização física dos autos:** os autos são acomodados em estantes abertas, agrupados em sua maioria em lotes numerados e separados por fase processual e/ou relator. E tais dados são informados no sistema de acompanhamento processual (ESPARTA).

**1.11 Critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos:** os processos são separados por fases processuais e/ou relator e lançados nos sistema ESPARTA. Internamente, sempre que necessário, é lançada uma "fase interna" (não disponível ao público externo) informando a movimentação do(s) processo(s).

**1.12 Critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores:** fundamentalmente de acordo com o descrito no item 1.9. E também considerando o perfil e potencial de cada servidor para o melhor desenvolvimento das atividades desta Divisão.

**1.13 Tratamento dado aos processos tidos legalmente como prioritários:** há cerca de cinco anos, a Secretaria Judiciária tem imposto como meta que nenhum processo poderia permanecer em tramitação na Turma por período superior a 120 dias. A partir de 2009 este prazo foi reduzido a, no máximo, 100 dias.

**1.14 Atendimento de partes e advogados – regras especiais a serem observadas na consulta aos autos:** guardadas as regras pertinentes ao segredo de justiça e ao sigilo, a vista dos autos em secretaria é disponibilizada ao público em geral. Para os advogados e estagiários de direito, a carga dos autos é feita observando-se o disposto no art. 7º, XV, da Lei 8.906/94. No tocante à retirada dos autos para cópia, é preenchido um Termo de Extração de Cópia pelo advogado e acostado aos autos.

**1.15 Tempo médio de publicação de decisões e de acórdãos:** os acórdãos são publicados, em sua grande maioria, dentro dos parâmetros fixados pela Meta 4 do CNJ. Quanto às decisões e despachos há, em média, expediente para publicação a cada 10 dias. E em casos urgentes, tal providência é tomada no mesmo dia do recebimento dos autos na Turma.

**1.16 Controles estatísticos da Unidade:** mediante a expedição regular de relatórios obtidos no sistema de acompanhamento processual (ESPARTA), que dispõe de um "Módulo de Relatório" com parâmetros fixados à luz da necessidade da Divisão.

**1.17 Controle de cargas e remessas (Advogados; Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União):** é feito mediante guia de remessa com registro no sistema processual, indicando a saída e devolução dos autos. O controle destas cargas é realizado por meio de relatórios (obtido no "Módulo Relatório" mencionado no item anterior), a partir dos quais solicitamos às partes os feitos que se encontram fora da secretaria além do prazo legal.

**1.18 Tempo médio de tramitação dos feitos, na Unidade:** o tempo médio aferido por amostragem, mediante relatórios colhidos com vistas a atingir a meta dos 100 dias, é de 60 dias.

**1.19 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** dentre as práticas adotadas pela 1ª Turma que visam a aperfeiçoar a oferta de uma prestação jurisdicional célere e eficaz, a realização de reuniões periódicas com todos os servidores parece-nos bastante proveitosa. Em média ocorrem a cada dois meses e nela são trazidos os problemas que necessitam de solução, são apresentadas novas orientações da Presidência ou da Secretaria Judiciária, são debatidos ajustes na sistemática de trabalho, entre outros tópicos.

**1.20 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:** neste momento de aprofundamento do uso do Processo Judicial Eletrônico (PJE), o TRF 5ª Região poderia empenhar-se na organização de equipes de treinamento e no agendamento de aulas com todos os servidores que irão trabalhar com o novo sistema.

**1.21 Controle e procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada:** dá-se mediante a emissão de relatório específico - colhido no já mencionado "Módulo Relatório", que é emitido quinzenalmente.

**1.22 Controle de cobrança de Cartas de Ordem:**

O controle é feito à luz do prescrito na Resolução n. 06/2006, da Presidência desta Corte, ou seja, a cada três meses.

**1.23 Metas individuais de produtividade:** não há. As metas são coletivas.

**1.24 Periodicidade das Sessões:** semanal.

**1.25 Controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.):** em razão da Meta 4 do CNJ, estabelecemos contato semanal e informal com os gabinetes, lembrando o lapso de tempo para a publicação dos acórdãos.

**1.26 Certificações do art. 141, V, do CPC:** após recebermos o requerimento escrito da parte, acompanhado do comprovante do recolhimento das custas, expede-se a certidão solicitada em até 48h, à luz dos parâmetros traçados pelo Ato n. 642, de 19/11/2010, da Presidência desta Corte.

**1.27 Poderes da Unidade para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC):** estes seguem as regras estabelecidas na Resolução n. 06/2006, da Presidência deste Tribunal.

**1.28 Registro das movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema:** sempre que necessário registramos as movimentações processuais na fase interna, possibilitada pelo ESPARTA. A grande maioria das movimentações são lançadas no "Módulo Movimentação", com visibilidade externa acessível a todos.

**1.29 Relatório de pendências a ser confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas quanto a votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo:** conforme referido na resposta à questão 1.25, esta Divisão estabelece contato semanal e informal com os gabinetes para tratar das pendências. A Secretaria Judiciária, contudo, já reiterou a adoção da comunicação formal, mediante apresentação de relatório pela Turma aos gabinetes, sobretudo dos processos com Votos-vista e os remanescentes de julgamento.

**1.30 Cumprimento da Meta 10/2010 – CNJ:** com o sistema Hermes, as comunicações oficiais feitas pela Turma (aos diversos órgãos do Poder Judiciário) são efetuadas quase na totalidade eletronicamente. Apenas quando eventualmente o Hermes apresenta algum problema operacional é que a comunicação é realizada fisicamente.



## **2 processos inspecionados**

Foram selecionados 118 processos.

## **3 Relatório**

A Secretaria é responsável pelo processamento de feitos de três gabinetes (José Maria Lucena, Francisco Cavalcanti e Manoel Erhardt), que se reflete na organização do trabalho, dividida por gabinetes (3 equipes, com 2 ou 3 servidores cada), para melhor atender às necessidades e peculiaridades de trabalho de cada um deles, segundo informado pela diretora.

A organização física dos processos é adequada, observados os critérios de relator e fase processual, porém o espaço físico é inadequado para o volume de processos em tramitação, cerca de 3.089 feitos, na data da inspeção.

Verificou-se a existência de controle de cargas e vistas, realizado mediante ofícios, publicações e correspondência eletrônica, conforme o caso e a urgência. Os prazos mais longos que se encontram registrados foram de 100 dias, em relação a vistas ao Ministério Público.

Na data da inspeção, havia pendentes de juntada cerca de 772 petições para a média mensal de 1.766 petições protocoladas. Diante da existência de registro de petições protocolizadas com data antiga, foram solicitadas informações, prestadas pela Secretaria, porém algumas situações ainda permaneceram em aberto.

Em termos de controle de prazo de publicação de acórdãos, no período abrangido pela inspeção (junho de 2011 a maio de 2012), do total de 12.874 acórdãos publicados apenas 214 não observaram o prazo de 10 dias.

Na verificação física dos processos, conforme consta do relatório elaborado, identificamos falhas procedimentais (p.ex. duplicidade de publicações e atraso na publicação de decisão posterior) que acarretaram atrasos na tramitação de feitos, inclusive criminais; além de algumas inconsistências entre atos processuais existentes nos autos e informações lançadas no sistema processual (p.ex. publicação feita, mas não certificada nos autos); porém o quadro geral de processamento é bom, e a Secretaria, na amostragem analisada, atende, significativamente, à meta interna do Tribunal de média de processamento dentro de 100 dias.

**Recomendação:** priorização na juntada de petições protocoladas além do prazo de 30 dias; regularização de fases no sistema processual; e redução da incidência de publicações de acórdão além do prazo de 10 dias.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.

## 2ª TURMA

### 1 Dados da Unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 5º andar.

#### 1.2 Servidores em atividade

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	4
Servidores requisitados	
TOTAL	

#### 1.3 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	
CJ1	1
FC6	
FC5	7
FC4	5
FC3	
FC2	
FC1	

#### 1.4 Processos em tramitação

Total no TRF	1.794
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	5
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
petições pendentes de juntada	361

### 1.5 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	9.110
Média de processos distribuídos mensalmente	759

### 1.6 Processos julgados (base junho/2011 a maio/2012)

Total	9.161
Julgados monocraticamente	402
Média mensal de processos julgados monocraticamente	33
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	8.759
Média mensal de processos julgados em sessão	730
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	763
Votos-vista	28
votos vencidos	228
Votos-revisor	
Votos vencedores	95
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	4.056
Agravos regimentais	214

### 1.7 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	9.161
Processos Distribuídos/redistribuídos	8.260

### 1.8 Meta 4/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	11.370
Acórdãos publicados	11.085
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	285

**1.9 Organização da Unidade:** em três grupos de servidores que apoiam, em todas as suas necessidades, os gabinetes dos Desembargadores integrantes da 2ª Turma. Há um servidor exclusivo para o atendimento ao público externo e outro que responde pela secretaria da Turma.

**1.10 Localização física dos autos:** em estantes reservadas a cada relator e acondicionados de acordo com a fase processual correspondente, com indicação visível por meio de placas em acrílico.

**1.11 Critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos:** o relator e o tipo de ato processual a ser praticado (fase) ou, se

já executado, aguarda-se o prazo para as partes. O controle de movimentação interna dos processos é feito por meio de fases de visibilidade restrita aos servidores (fases internas)

**1.12 Critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores:** o critério técnico, em primeiro lugar. As habilidades de cada um são aproveitadas ao máximo dentro da unidade. Entretanto, na área de processamento, é de grande importância a socialização da informação e do serviço, para que se preste um atendimento adequado aos clientes, tanto internos quanto externos. Por isso, apesar de cada um ter atribuições específicas dentro do seu grupo, todos são preparados para atender as eventualidades.

**1.13 Tratamento dado aos processos tidos legalmente como prioritários:** inicialmente, por uma questão de segurança na tramitação, eles são acondicionados junto aos não prioritários. Na medida em que os lotes de processos são movimentados, os prioritários recebem a preferência a que fazem jus.

**1.14 Atendimento de partes e advogados – regras especiais a serem observadas na consulta aos autos:** o atendimento é realizado por telefone e pessoalmente, e todos os servidores estão capacitados a realizá-lo, embora a Divisão conte com um servidor especializado em prestar o atendimento ao público externo. A Divisão da 2ª Turma segue as regras genéricas do Tribunal. Só há restrição para consulta de processos gravados com sigilo ou segredo de justiça, situações em que apenas os advogados habilitados nos autos, e em local interno da secretaria, podem manuseá-los.

**1.15 Tempo médio de publicação de decisões e de acórdãos:** no máximo, em uma semana após o recebimento do processo na divisão. Isso porque a secretaria faz uma publicação semanal, o que permite ter um controle efetivo em relação às intimações e aos prazos. Se o processo, ou a decisão nele lavrada, for de natureza urgente, a publicação é feita no mesmo dia, se possível, ou no dia seguinte.

**1.16 Controles estatísticos da Unidade:** todo via sistema (ESPARTA)

**1.17 Controle de cargas e remessas (Advogados; Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União):** O controle é feito via sistema, por meio de relatórios de movimentações processuais. Via de regra, é feita uma verificação mensal das pendências de devolução dos autos. Temos também um controle acessório, o arquivo de guias de vista, selecionadas por ano e entidade.

**1.18 Tempo médio de tramitação dos feitos, na Unidade:** aproximadamente, sessenta dias.

**1.19 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** a Divisão da 2ª Turma tem buscado aperfeiçoar suas atividades e qualificar seus integrantes pelo exercício do diálogo permanente, tanto entre os seus servidores (em reuniões mensais) como também entre os colegas que, de alguma forma, interagem conosco.

**1.20 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:** o Tribunal vive, no momento, uma grande expectativa com a implantação do sistema judicial eletrônico, que certamente promoverá uma mudança drástica na estrutura e organização, não só do Tribunal, mas de todo o Judiciário. As rotinas, tão necessárias à efetividade do processamento, serão, na mesma medida, adaptadas à nova realidade a ser ainda testada e sentida, além de ajustada a um novo conceito de processo, que não consigo, no momento, antever.

**1.21 Controle e procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada:** o controle de petições é feito por data de protocolo e tipo. As petições pendentes de juntada são verificadas tanto manualmente, como por intermédio de relatórios próprios do sistema de informática.

**1.22 Controle de cobrança de Cartas de Ordem:** o controle é basicamente manual, pois o registro e distribuição das cartas de ordem e precatórias só é realizado no seu destino. Os processos ficam acondicionados em local próprio e são verificados, periodicamente, por meio de consulta ao sistema processual do Juízo deprecado.

**1.23 Metas individuais de produtividade:** as metas são eminentemente coletivas (por grupo), mas são periodicamente, em reuniões mensais, aferidas e discutidas com todos os servidores.

**1.24 Periodicidade das Sessões:** semanal.

**1.25 Controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.):** é feito com auxílio do sistema de informações processuais, por meio de emissão de relatórios.

**1.26 Certificações do art. 141, V, do CPC:** para as partes e seus advogados, as certidões podem ser solicitadas informalmente e, via de regra, são fornecidas, após o pagamento de taxa, no prazo de 48 horas. A terceiros, as certidões devem ser deferidas pelo relator do feito.

**1.27 Poderes da Unidade para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC):** estes seguem a regulação interna para tais atos, a Resolução n. 6/2006 do TRF/5, que disciplina os atos ordinatórios que podem/devem ser praticados pelas unidades processantes.

**1.28 Registro das movimentações processuais, dentro da própria Unidade, em sistema:** cada mudança física interna é registrada no sistema de acompanhamento processual, com visibilidade restrita.

**1.29 Relatório de pendências a ser confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas quanto a votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado certo prazo:** o relatório de pendências tanto pode ser acompanhado pelo próprio gabinete, como pela secretaria. Mensalmente, entretanto, a Divisão da 2ª Turma encaminha, por e-mail, aos gabinetes respectivos alguns dados,

como os votos-vista pendentes e acórdãos não lavrados. A revisão de notas fica a cargo da própria Seção de Taquigrafia

**1.30 Cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ:** as comunicações oficiais da 2ª Turma têm sido feitas, preferencialmente, pelo Malote Digital (Sistema Hermes). Nas ocasiões de indisponibilidade deste, utilizamos os *e-mails* funcionais. Apenas em situações extraordinárias, na impossibilidade da utilização do meio eletrônico, as comunicações são feitas via fax ou postal.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 88 processos.

## **3 Relatório**

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

### 3ª TURMA

#### 1 Dados da unidade

##### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 5º andar

##### 1.2 Servidores em atividade

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	2
Estagiários nível superior	4
Servidores requisitados	
TOTAL	

##### 1.3 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	
CJ1	1
FC6	
FC5	7
FC4	5
FC3	
FC2	
FC1	

##### 1.4 Processos em tramitação

Total no TRF	4.055
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	11
Proc. Dist. Até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
Petições pendentes de juntada	650

##### 1.5 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	8.715
Média de processos distribuídos mensalmente	726



### 1.6 Processos julgados (base junho/2011 a maio/2012)

Total	11.711
Julgados monocraticamente	732
Média mensal de processos julgados monocraticamente	67
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	10.979
Média mensal de processos julgados em sessão	998
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	1.065
Votos-vista	
votos vencidos	
Votos-revisor	
Votos vencedores	
Decisões liminares e antecipação de tutela	
Decisões não terminativas	
Embargos de declaração	3.914
Agravos regimentais	847

### 1.7 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	11.711
Processos Distribuídos/redistribuídos	8.715

### 1.8 Meta 4/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	11.711
Acórdãos lavrados	12.840 (Obs. Período de jun/2011 a abr/2012).
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	2.097 (Obs. Período de jun/2011 a abr/2012).

**1.9 Organização da Unidade:** a unidade é organizada com a seguinte estrutura: São divididas equipes por Relator, tarefas com caráter de urgência (liminares, HC, etc.), e um servidor que auxilia nas sessões e atas. O atendimento ao público é por sistema de rodízio.

**1.10 Localização física dos autos:** os autos ficam localizados fisicamente em estantes abertas, feitas sob medida, para o acondicionamento dos processos, devidamente identificados por Relator e fase processual.

**1.11 Critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos:** os processos são separados por fases informadas no Sistema Processual. As fases são lançadas de forma devida, e a sua localização informada na Fase Interna, não disponível ao público externo.

**1.12 Critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores:** por relator e fase processual.

**1.13 Tratamento dado aos processos tidos legalmente como prioritários:** foi instituído pela Secretaria Judiciária, a partir de 2009, que nenhum processo poderia ficar em tramitação na turma por no máximo 100 dias.

**1.14 Atendimento de partes e advogados – regras especiais a serem observadas na consulta aos autos:** observadas as regras de segredo e sigilo, a vista em Cartório é disponibilizada ao público em geral. Para advogados e estagiários, é observada a regra do Ato n. 130 de 2006. Para os entes Públicos, é necessário prévio credenciamento de servidores junto a Presidência, por suas Procuradorias. A Lista de credenciados é disponibilizada pela Intranet.

**1.15 Tempo médio de publicação de decisões e de acórdãos:** em cumprimento à meta 4 do CNJ, as publicações de acórdão são feitas, em média, no prazo de 10 dias. Quanto às publicações de decisões e despachos, seguem, quando possível, o mesmo prazo dos acórdãos. Em casos urgentes, é feito expediente à parte.

**1.16 Controles estatísticos da Unidade:** é utilizado o módulo “relatório” do Sistema de Acompanhamento Processual.

**1.17 Controle de cargas e remessas (Advogados; Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União):** são feitas Guias de Remessa pelo Sistema Processual, com registro de saída e entrada e controladas pelo Módulo de Relatórios onde são listados os processos com Vista e com indicação da data. Processos com excesso de prazo são cobrados de acordo com a Resolução n. 6/2006.

**1.18 Tempo médio de tramitação dos feitos, na Unidade:** o tempo médio de tramitação dos feitos realizado por amostragem é de 60 dias. O tempo médio foi calculado através de Relatório para a Meta de 100 dias.

**1.19 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** procuram-se sempre novos procedimentos e rotinas para melhorar nossa prestação jurisdicional, não só em nível de Secretaria, como também discutindo-as com assessorias dos desembargadores. Muitas vezes por uma pequena mudança de método, no que for possível, se ganha tempo, economia de material e mais qualidade em nossos trabalhos. Acredito que a melhor prática para a consecução desses resultados, é a não estagnação do modo de agir; deve-se sempre inovar, aproveitando as novas ferramentas tecnológicas e, principalmente, a busca incessante por novas ideias.

**1.20 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:** este Tribunal, de forma geral, tem sempre procurado adotar medidas para aperfeiçoar nossos trabalhos, quer seja na disponibilização de material e equipamentos ou no oferecimento de cursos na área do direito ou de gestão. Acreditamos que a manutenção desses procedimentos, sem prejuízos a outras adoções, por si só, colaboram efetivamente.

**1.21 Controle e procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada:** por meio do modo relatório do sistema processual, é feito um controle semanal das petições pendentes.

**1.22 Controle de cobrança de Cartas de Ordem:** conforme Resolução Plenária n. 6/2006, o controle de cobrança de Cartas de Ordem é feito a cada mês, com informação no Sistema.

**1.23 Metas individuais de produtividade:** sempre coletivas.

**1.24 Periodicidade das Sessões:** semanal

**1.25 Controle de processos pendentes nos gabinetes (votos-vencidos, lavratura de acórdão, etc.):** este controle não é realizado pela secretaria.

**1.26 Certificações do art. 141, V, do CPC:** é cobrada uma taxa, via Darf, extraída do sítio do Tribunal, e anexada a um requerimento por escrito e protocolado.

**1.27 Poderes da Unidade para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC):** estes seguem as regras estabelecidas na Resolução 6/2006.

**1.28 Registro das movimentações processuais, dentro da própria Unidade, em sistema:** mediante fases internas.

**1.29 Relatório de pendências a ser confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas quanto a votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado certo prazo:** não há.

**1.30 Cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ:** atualmente, existe Ato da Presidência de 7/12/2009, para que as comunicações sejam feitas por meio eletrônico. Os *scanners* foram ativados a partir de setembro/2010. O Sistema Hermes não se encontra funcional.

## **2 Processos inspecionados**

Foram selecionados 126 processos.

## **3 Relatório**

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.
--

## 4ª TURMA

### 1 Dados da unidade

#### 1.1 Localização

Edifício Ministro Djaci Falcão, 5º andar.

#### 1.2 Servidores em atividade

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0 – considerados os servidores sem vínculo com a administração pública federal, estadual e municipal
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	4
Servidores requisitados	

#### 1.3 Cargos e funções comissionadas em atividade

CJ4	
CJ3	
CJ2	
CJ1	1
FC6	
FC5	7
FC4	5
FC3	
FC2	
FC1	

#### 1.4 Processos em tramitação

Total no TRF	1.774
Proc. Dist. até 31/12/2005 (Meta 2/2009) em andamento	2
Proc. Dist. até 31/12/2006 (Meta 2/2010) em andamento	0
petições pendentes de juntada	120

#### 1.5 Processos distribuídos (base junho/2011 a maio/2012)

Total	9.076
Média de processos distribuídos mensalmente	756,33

#### 1.6 Processos julgados (base junho/2011 a maio/2012)

Total	11.404
-------	--------

Julgados monocraticamente	642
Média mensal de processos julgados monocraticamente	53,5
Julgados em sessão (em pauta e em mesa)	10.762
Média mensal de processos julgados em sessão	896,83
Média mensal de processos julgados (monocráticos e em sessão)	950,33
Votos-vista	121
votos vencidos	não se aplica
Votos-revisor	não se aplica
Votos vencedores	não se aplica
Decisões liminares e antecipação de tutela	não se aplica
Decisões não terminativas	não se aplica
Embargos de declaração	4.989
Agravos regimentais	426

### 1.7 Meta 1/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	11.404
Processos Distribuídos	9.076

### 1.8 Meta 4/2010-CNJ (base junho/2011 a maio/2012)

Processos Julgados	14.427
Acórdãos lavrados	14.086
Acórdãos lavrados com prazo superior a 10 dias após a sessão de julgamento	341

**1.9 Organização da Unidade:** as equipes de trabalho são divididas por gabinete de relator. O apoio à ata, pauta e sessão é feito por um servidor. O atendimento ao público é realizado por um sistema de rodízio entre os funcionários.

**1.10 Localização física dos autos:** os autos ficam localizados fisicamente em estantes abertas, feitas sob medida, devidamente identificadas por relator e fase processual.

**1.11 Critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos:** os processos são separados por fases processuais, devidamente acondicionados em estantes e informados no sistema de acompanhamento processual (Esparta). Se houver necessidade de localização interna, a localização é informada em fases (não disponível ao público externo)

**1.12 Critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores:** as equipes de trabalho são divididas por gabinete de relator. O apoio à ata, à pauta e à sessão é feito por um servidor. O atendimento ao público é realizado por um sistema de rodízio entre os funcionários.

**1.13 Tratamento dado aos processos tidos legalmente como prioritários:** os processos tidos como prioritários são devidamente identificados por meio de etiquetas e o andamento processual de referidos autos tem preferência.

**1.14 Atendimento de partes e advogados – regras especiais a serem observadas na consulta aos autos:** observada as regras de segredo de justiça e sigilo, a vista dos autos em secretaria é disponibilizada ao público em geral. Para advogados e estagiários de direito, a carga dos processos é feita de acordo com o Ato 130 de 13.03.2006. Para os entes públicos, faz-se necessário prévio credenciamento de servidores junto à Presidência. A lista de funcionários credenciados está disponível na intranet.

**1.15 Tempo médio de publicação de decisões e de acórdãos:** a publicação de acórdãos dá-se semanalmente. Quanto às decisões e despachos há expediente para publicação a cada 10 dias. Em casos urgentes, são feitos expedientes a parte. As publicações para as contrarrazões de recursos ordinários, especiais e extraordinários ocorrem a cada 15 dias.

**1.16 Controles estatísticos da Unidade:** é feito por meio de relatórios emitidos pelo Sistema de Acompanhamento Processual (Esparta), oferecido pelo Tribunal.

**1.17 Controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia Geral da União):** é feita através de guia de remessa com registro no sistema processual, indicando a saída e a devolução dos autos. O controle destas cargas dá-se mediante relatórios (módulo de relatório do sistema Esparta), em que são listados os processos que estão com vista e com a indicação da data. Os processos com excesso de prazo são solicitados de acordo com o Ato 579, de 13 de outubro de 2010, desta Corte.

**1.18 Tempo médio de tramitação dos feitos, na Unidade:** o tempo médio calculado, por amostragem, por meio de relatórios obtidos para a meta dos 100 dias, é de 60 (sessenta) dias.

**1.19 Práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade:** emissão periódica de relatórios.

**1.20 Sugestões de aperfeiçoamento organizacional do Órgão, como um todo, e de criação de rotinas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras:**

**1.21 Controle e procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada:** no módulo de relatório do sistema processual Esparta há um relatório específico para o caso, que é emitido semanalmente, facilitando, assim, o controle da juntada das petições pendentes.

**1.22 Controle de cobrança de Cartas de Ordem:** a Turma oficia solicitando informações acerca do cumprimento a cada 60 dias. Há casos em que se oficia a cada trinta dias e outros, ainda, em que se obriga a diligenciar via telefone.

**1.23 Metas individuais de produtividade:** somente coletivas.

**1.24 Periodicidade das Sessões:** semanalmente (nas terças-feiras, às 14 horas).

**1.25 Controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.):** não é feito pela divisão da Turma.

**1.26 Certificações do art. 141, V, do CPC:** para as partes do processo, a requerimento verbal. Para os demais interessados, por requerimento escrito.

**1.27 Poderes da Unidade para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC):** em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução n. 06/2006.

**1.28 Registro das movimentações processuais, dentro da própria Unidade, em sistema:** é feito pela fase interna "deslocamento físico", não disponível ao público externo.

**1.29 Relatório de pendências a ser confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas quanto a votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado certo prazo:** não é confeccionado. A turma encaminha semanalmente, para cada Relator, um relatório de processos com pedido de vista e com julgamento adiado.

**1.30 Cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ:** é cumprida mediante o Sistema Hermes (malote digital). Quando este está inoperante, as comunicações são feitas por e-mail ou fax.

2 Processos inspecionados

Foram selecionados 90 processos.

### **3 Relatório**

Divisão com boa organização mantida conforme a divisão de trabalho relatada na inspeção anterior, assim com três setores dedicados, respectivamente, aos acervos dos três componentes da turma.

**CONTROLE DE AUTOS EM CARGA:** há verificação semanal, pelo sistema ESPARTA, nos termos do Ato n. 579, de 13 de Outubro de 2010, da Presidência do TRF5, art. 1º. Em caso de advogados, há cobrança informal, que resolve, na imensa maioria dos casos, sem necessidade de intimação ou busca e apreensão. No caso do MPF, há cobrança quinzenal, por ofício. Feita a verificação, por amostragem, por ocasião da inspeção, constatou-se que havia apenas um processo com atraso, já em fase de cobrança para devolução. Quanto ao MPF, havia 21 processos em carga há mais de 30 dias.

**CONTROLE DE PETIÇÕES:** há controle semanal, nos termos da norma supracitada. Feita verificação por amostragem, por ocasião da inspeção, constatou-se a existência de 51 petições pendentes de juntada.

**ESPAÇO FÍSICO:** sugere-se a realização de estudo para ampliação do espaço físico, muito embora o problema tenda a se resolver com a implantação do processo eletrônico.

Constataram-se processos a exigirem providências, conforme relatório individualizado a ser encaminhado à unidade inspecionada, com as respectivas determinações.





## **Contadoria**

Núcleo criado em 2005.

Seu quadro é composto de uma servidora (FC-06) e um estagiário.

Existem hoje, no setor, seis processos, sendo o mais antigo de 14/06/2012 e mais sete processos da 1ª Instância (03/2012 o mais antigo).

Reunião de trabalho promovida pelo TRF5, com a participação de Seções Judiciárias de todos os TRFs.

Intentou-se a realização de reuniões periódicas de forma institucional, no entanto não houve apoio tanto do CJF ou do CNJ.

Sugestão: Patrocínio do CJF a encontros anuais entre os núcleos de Contadoria das Seções Judiciárias dos Tribunais, para viabilizar a padronização de procedimentos e troca de experiências.

O trabalho da Contadoria é principalmente desenvolvido nas Seções Judiciárias, cabendo ao setor, no Tribunal, ações pontuais.

Unificação dos sistemas de cálculos com acesso aos bancos de dados do Ministério do Planejamento e do INSS.

Sem o acesso aos bancos de dados, os trabalhos desenvolvidos pelos setores de cálculos da JF dependem de elaboração de extensas planilhas que elaboradas manualmente, estão sujeitas a erros e demandam muito tempo no seu preparo.

## **E. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

### **I. Controle Interno e Gestão de Tecnologia da Informação**

Trata-se de relatório dos trabalhos desenvolvidos nas dependências do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, na cidade de Recife - PE, entre os dias 11 a 20 de junho de 2012, junto às unidades administrativas, com vistas a atender ao contido na Portaria n. CF-POR-2012/00109, de 7 de maio de 2012, do Excelentíssimo Senhor Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Os trabalhos consistiram em verificação empírica de práticas e rotinas de trabalho e de instrução de processos, confirmadas por entrevistas e outros achados identificados no decorrer dos exames, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos frente à legislação vigente e o cumprimento das determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e por este Conselho da Justiça Federal - CJF.

As análises deram-se nas seguintes linhas de atuação, a) questões voltadas à Tecnologia da Informação, b) Licitação e Contratos Administrativos sobre Aquisições e Serviços, c) Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, d) Diárias e Transporte e Recursos Humanos.

#### **1 Metodologia**

O desenvolvimento das rotinas obedeceu ao estabelecido no Plano de Trabalho da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e no Plano de Trabalho em Apoio à Inspeção no Tribunal Regional Federal da Quinta Região – TRF5, da Secretaria de Controle Interno do CJF.

Os trabalhos foram realizados *in loco*, nas dependências da Secretaria do Tribunal, com a análise de processos administrativos, entrevistas e outras verificações necessárias, após seleção **por amostragem**.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas com gestores e coordenadores, com o intuito de levantar o diagnóstico de possíveis problemas, bem como de conhecer os mecanismos de controle existentes.

Como metodologia e ferramenta de trabalho, foram produzidas matrizes de planejamento e de procedimento para o alcance de possíveis achados. Como diretriz para boas práticas nos processos administrativos, observaram-se os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, os normativos do CNJ e do CJF, bem como os preceitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e regulamentações do TCU.

O resultado das análises e dos cruzamentos das informações apontou para as sugestões elencadas neste relatório com vistas à boa gestão dos recursos públicos, sempre buscando a eficiência, eficácia e efetividade aliada à economicidade e legalidade dos atos administrativos.

## **2 Das análises**

Preliminarmente, cabe registrar que foi encaminhada ao Tribunal, com antecedência, a solicitação de um rol de documentos e procedimentos necessários à realização dos exames, para que as unidades administrativas providenciassem, a tempo, o material para análise.

Portanto, a análise foi consubstanciada na verificação de processos e documentos, do sistema corporativo do Governo Federal (Sistema Integrado de Administração Financeira), bem como em entrevistas e exame de diversos atos normativos do CNJ, CJF e TRF-5, dentre outros.

## **3 Licitação e contratos administrativos sobre aquisições de bens e prestação de serviços**

Dentro do escopo definido para a presente inspeção, foram selecionados procedimentos referentes às licitações e contratos firmados pelo Tribunal Regional Federal da Quinta Região nos exercícios de 2011 e 2012.

Com vistas aos exames, a equipe optou por selecionar processos de contratação de serviços terceirizados, tais como: limpeza e conservação, vigilância e

outros. Os critérios considerados foram o da *materialidade*, *relevância*, bem como o da *complexidade na gestão* dos respectivos contratos.

Quanto ao período definido (biênio 2011/2012), a equipe constatou a necessidade de retroceder os exames ao exercício de 2010, tendo em vista a ocorrência de prorrogação contratual acima do prazo máximo admitido na legislação.

Foram objetos de exame alguns procedimentos de dispensa e inexigibilidade, obtidos em amostra aleatória, com o intuito de verificar a adequação aos regramentos que regem o instituto da contratação direta, ou seja, exceção à regra da licitação.

#### **4 Conclusões**

As questões administrativas analisadas foram enviadas às respectivas unidades individualizadamente.

## **II. ESTATÍSTICA**

A equipe de Estatística do Conselho da Justiça Federal, formada pelos servidores Renato de Oliveira Paes, analista judiciário, e Joelmir Rodrigues da Silva, técnico judiciário, inspecionou o núcleo de Estatística do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A seguir o sumário dos objetivos da inspeção.

### **Objetivos:**

- 1) Levantar as atribuições da unidade;
- 2) Detalhar a estrutura e ambiente de trabalho à disposição do setor de Estatística;
- 3) Conhecer os atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais;
- 4) Verificar o cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e da Resolução n. 49, de 2 de março de 2009.

### **1) Atribuições da unidade:**

- Atender a solicitações de acréscimos e alterações de novos relatórios ao módulo de estatística nos sistemas de informações processuais;
- Elaborar e divulgar boletins/indicadores estatísticos; atender ao público (interno e externo) quanto a dados estatísticos;
- Demonstrar, analiticamente, a evolução dos dados estatísticos;
- Elaborar tabelas e gráficos demonstrativos para orientar as conclusões ou o processo de tomada de decisões;
- Manter os dados estatísticos permanentemente atualizados;
- Prover o sistema Justiça em Números (com atualizações periódicas), gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, das informações inerentes à Justiça Federal da 5ª Região;
- Reunir e encaminhar trimestralmente ao Conselho da Justiça Federal informações estatísticas da movimentação processual e dados relativos à Justiça Federal da 5ª Região;
- Assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, bem como na realização de pesquisas junto ao público (interno e externo) que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 5ª Região;
- Consolidar e enviar informações referentes à transparência pública da Justiça Federal da 5ª Região, para disponibilização na internet.

- Coletar, consolidar e informar dados para o sistema de acompanhamento de metas do Poder Judiciário – (CNJ e CJF).

## 2) Estrutura e ambiente de trabalho:

Conforme constatado na inspeção realizada em 2010, a estrutura do tribunal permanece sem um núcleo de estatística com competência própria para controle, organização, planejamento, e gestão dos dados. As informações são geradas de forma descentralizada, cabendo à Secretaria Judiciária, Seção de Informações Gerenciais na Diretoria-Geral e ao Núcleo de Apoio à Corregedoria na Corregedoria Regional a tarefa de gerir os dados conforme as necessidades afetas a sua área e sem um planejamento conjunto e unificado. A ausência desse núcleo deve-se principalmente à carência de servidores públicos, cargos e funções que permitam a estruturação dessa e de outras unidades administrativas imprescindíveis para o bom funcionamento do tribunal. Por essa razão, o TRF5 continua não cumprindo o que estabelece o Art. 1 da Resolução n. 49, de 18 de dezembro de 2007 do CNJ<sup>1</sup>, que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

A necessidade de servidores nas diversas unidades do tribunal dificulta ou inviabiliza o remanejamento de cargos e funções de outras áreas para compor uma nova unidade de estatística. Por essa razão, torna-se temerário recomendar a criação de uma nova unidade à custa de outras. O setor de informática já trabalha no limite de sua capacidade de produção, assim como outras áreas, como a Corregedoria Regional e a Seção de Informações Gerenciais.

O Tribunal dispõe de um estatístico investido do cargo de assistente 4, vinculado à secretaria judiciária, responsável, isoladamente, por todas as informações e demais estudos que regularmente são demandados ao tribunal da 5ª Região. Essa situação faz com que as atividades de gestão e planejamento da área fim do tribunal fiquem centralizadas em um só servidor, ou na diretora da secretaria judiciária.

Existem outros dois setores voltados para o desenvolvimento de estatísticas. Essas unidades não possuem um profissional graduado em estatística e contam com um servidor da Corregedoria Regional, chefe da Seção de Controle Estatístico, responsável pelos dados da primeira instância da 5ª Região, e outro da Diretoria-Geral, chefe da Seção de Informações Gerenciais, responsável pela consolidação dos dados de primeiro e segundo grau, colhidos da secretaria judiciária, da

---

<sup>1</sup> Art. 1º Os órgãos do Poder Judiciário relacionados no art. 92 incs. II ao VII da Constituição Federativa do Brasil devem organizar em sua estrutura unidade administrativa competente para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica do Tribunal. [...]

Art. 2º O núcleo de estatística e gestão estratégica, subordinado ao Presidente ou Corregedor do Tribunal, deve subsidiar o processo decisório dos magistrados conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.

§ 1º O núcleo de estatística e gestão estratégica do Tribunal, sob a supervisão do Presidente ou Corregedor do Tribunal, enviará dados para o Conselho Nacional de Justiça quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional. [...]

Corregedoria Regional e do Núcleo de apoio a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

**2.1) Número de servidores que trabalham com estatísticas:**

- Total: 3
- Analistas Judiciários: 1
- Técnicos Judiciários: 2
- Estagiários: 0
- Terceirizados: 0

**2.2) Número de funcionários que atuam no setor por atribuição:**

- Judiciária: 0
- Administrativa: 4
- Especializado em Informática: 0
- Especializado em Estatística: 1

**2.3) Número de servidores que atuam nas três unidades conforme formação superior:**

- Direito: Nenhum servidor da área judiciária.
- Informática: Nenhum servidor com formação em TI.
- Administrativo: dois servidores, onde um atua na Diretoria Geral, e outro na Corregedoria.
- Estatística: Um servidor com essa formação trabalhando, somente, com levantamento de informações do segundo grau.

**3) Atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais**

O Tribunal dispõe de uma ótima ferramenta de consulta e geração de relatórios para processos físicos, com *interface* amigável, dinâmica, e funcional. Proporciona maior autonomia aos usuários e permite o cruzamento de informações armazenadas na base do sistema de acompanhamento processual do Tribunal (Esparta).

O módulo de relatórios do sistema “Esparta”, apresentado pela unidade de estatística, possui um conjunto amplo e diversificado de informações e foi desenvolvido em 2003, em substituição ao sistema *Mumps*, na época responsável pelo controle dos processos judiciais e administrativos.

Diante da extinção do *Mumps*, foi criado em 2007 o “Sistema Integrado de Gestão administrativa - SIGA” responsável pela tramitação e controle dos processos administrativos e toda correspondência interna (Memorandos/Ofícios) do Tribunal. Em virtude de o sistema não possuir módulos de relatórios adequados às demandas

estatísticas do CNJ, CJF e Corregedoria-Geral da Justiça Federal, foi implantado no mês de outubro de 2010, o novo Sistema FLUXOS em substituição ao SIGA.

Todos os gabinetes, turmas e demais órgãos do tribunal possuem autorização de acesso ao sistema. Esse acesso é restrito, e cada área dispõe de módulos de relatórios que permitem à unidade planejar, controlar, organizar, e aprimorar suas rotinas de trabalho. Alguns gabinetes ainda apresentam resistência à utilização dessa ferramenta, e, por essa razão, não aproveitam toda funcionalidade que a ferramenta pode oferecer.

Os relatórios são gerados diretamente no banco de dados do sistema processual “Esparta”, ou seja, não há um espelho do banco principal que permita gerar um repositório de dados independente para realização das consultas. Por essa razão muitas pesquisas ficam prejudicadas, em muitas ocasiões, pois o acesso às diversas consultas, tanto as mais simples quanto as mais robustas, deixa o sistema lento. Isso se deve principalmente ao fato de as solicitações gerarem a necessidade de varredura de toda base de dados do TRF5.

O Tribunal possui implantado o sistema PJE – Processo Judicial Eletrônico, que deu início a nova geração de virtualização dos processos e por isso representou, desde a última inspeção realizada, um marco para o sistema “Esparta”, que será extinto assim que todos os processos físicos forem finalizados.

A introdução do novo sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE no Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da 5ª Região, em substituição ao sistema de processos físicos, e a criação de uma nova unidade de estatística e de informações gerenciais, que consolide todas as informações, pesquisas, planejamentos, sistemas de acompanhamento de processos, dentre outros, tornará imprescindível a construção de uma nova ferramenta de relatórios com conceitos avançados de BI (*Business & Intelligence*). Esse recurso deve existir, mesmo que o sistema de processo eletrônico já traga módulos de relatórios próprios. Esse sistema de BI deve trabalhar em harmonia com o PJE, porém ser independente, com estrutura de Banco de Dados própria e a tecnologia mais recomendada para tal fim.

Na inspeção de 2010, a Corregedoria recomendou a criação de banco de dados, com sugestão do modelo que deveria ser utilizado, e ferramenta de relatórios inteligentes. Essa recomendação não foi cumprida pelo tribunal e por essa razão, reitera-se o pedido.

**Recomendação:** Desenvolver o Portal de Estatísticas e ferramenta de BI (*Business Intelligence*), para ampliar o acesso as informações existentes nos sistemas processuais (físicos e eletrônicos).



#### **4) Não cumprimento do provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, e da Resolução n. 49, de 2 de março de 2009**

Transcorridos todos os prazos para o cumprimento do Provimento n. 2, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região conseguiu implantar, em parte, o Portal de Estatística. Os relatórios de 1º e 2º Grau (exceto Juizados Especiais Federais) previstos no Provimento n. 2, para o período de 2012, foram implementados e disponibilizados, faltando ainda publicar os dados de 2009 a 2011. A Secretaria de Informática comprometeu-se a disponibilizar tais dados até o final de julho de 2012.

Para os dados dos JEFs, o processo de carga para extração dos relatórios de 2012 ainda está em andamento. A equipe de inspeção identificou que a informática do tribunal conduziu todos os trabalhos com o devido acompanhamento das unidades responsáveis pela estatística do Tribunal.

### **III – INSPEÇÃO NOS SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

Na inspeção dos sistemas judiciais eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, foram solicitadas providências prévias, via *e-mail*, com o intuito de instruir os exames nos sistemas de informática. A equipe averiguou se as providências oriundas da inspeção anterior foram executadas, bem como examinou os sistemas, conforme as seguintes vertentes:

1) *Distribuição Processual*: consistiu na análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do TRF da 5ª Região, tanto para os processos físicos, quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Nessa atividade houve a análise das rotinas operacionais envolvidas e dos códigos-fonte da distribuição processual, visando à identificação de vulnerabilidades. Os técnicos realizaram em conjunto as baterias de testes dos sistemas e entrevistas com os servidores do Tribunal.

2) *Processo Eletrônico*: consistiu na análise macro dos sistemas de processo eletrônico no âmbito do Tribunal. Foram vistoriados os procedimentos de protocolo, autuação/classificação, distribuição, conclusão, registro de andamentos e publicações.

3) *Geração de Documentos Eletrônicos*: consistiu na análise dos procedimentos envolvidos na geração de peças eletrônicas, no âmbito do Tribunal. A atividade comportou as fases de geração, guarda, disponibilização e publicação desses documentos, com especial atenção no que tange à segurança do acesso às informações geradas.

### **1 - Atendimento às orientações constantes da última inspeção:**

Em relação às providências solicitadas durante a última inspeção, embora nem todas tenham sido totalmente atendidas, as vulnerabilidades encontradas foram minimizadas com o atendimento parcial das recomendações.

Conclusão: Deve-se solicitar que todas as providências solicitadas na inspeção anterior sejam imediatamente atendidas.

### **2 - Análise do Código-Fonte da Distribuição Processual:**

Os códigos-fonte foram analisados e comparados aos entregues durante a inspeção anterior.

Conclusão: Da análise dos códigos-fonte não se identificou qualquer característica que indique direcionamento ou não aleatoriedade na distribuição processual, no âmbito do Tribunal.

### **3 - Sistemas de Acompanhamento Processual**

O Tribunal opera com dois sistemas processuais: o Esparta para processos físicos, e o PJ-e para processos eletrônicos.

Não há integração entre os sistemas PJ-e (eletrônicos) e Esparta (físicos), o que permitiu, durante a bateria de testes, que um processo fosse distribuído para relator diverso do informado no lançamento de prevenções.

O PJ-e não possui recurso para lançamento de impedimentos. Isso paralisará processos eletrônicos que tenham despacho do relator declarando-se suspeito ou impedido, uma vez que o setor responsável não terá meios de cumprir o despacho e proceder à redistribuição.

Não há, em ambos os sistemas, termo de distribuição que retrate os parâmetros utilizados na distribuição do processo. Atenção especial é requerida para o caso do sistema Esparta, que listou informação inverídica no tocante ao lançamento de impedimentos. Em face da vulnerabilidade encontrada, foram solicitados os *logs* de distribuição dos processos nos 24 meses anteriores à inspeção. Da análise desses registros não foi identificada qualquer utilização aparente da vulnerabilidade.

Conclusão: Foram encontradas vulnerabilidades do sistema Esparta que podem levar a um direcionamento por via reversa, uma vez que, após a distribuição, mostrou-se possível remover impedimentos de desembargadores sem que isso ficasse registrado no sistema. Os sistemas Esparta e PJ-e devem ser imediatamente ajustados

para que passem a manter dados históricos dos parâmetros utilizados na distribuição processual. O termo de distribuição gerado pelo sistema Esparta deve ser ajustado para que passe exibir os nomes dos desembargadores federais eventualmente impedidos no momento da distribuição, e não no da geração do termo.

#### **4 - Julgamento**

Os documentos produzidos nos sistemas de processo eletrônico não possuem criptografia e podem ser acessados diretamente do banco de dados.

**Conclusão:** Devem ser implementados mecanismos de criptografia que garantam maior segurança ao banco de dados onde os documentos eletrônicos estão armazenados.

#### **5 - O Processo Eletrônico**

O Processo Eletrônico encontra-se em implantação no âmbito do TRF da 5ª Região. Embora o volume de autos eletrônicos ainda não comporte uma análise mais precisa, o cronograma informado, se obedecido, permitirá, em curto espaço de tempo, uma análise mais concreta dos resultados gerados pelo PJ-e no âmbito do Tribunal.

### **IV – SEGURANÇA**

A área de Transporte possui um controle regular na utilização dos veículos oficiais, no âmbito do Tribunal, que atende razoavelmente às Resoluções 083/09-CNJ, 072/09-CJF e IN 04-01/2010.

O Tribunal possui uma frota reduzida e funcional acarretando em economia de combustível e de manutenção de veículos.

A inspeção verificou que o sistema de controle de acesso e os aparelhos detectores de metais estão inoperantes desde o ano de 2009, não havendo, portanto, nenhum controle efetivo de acesso às dependências do Tribunal, principalmente de pessoas armadas.

O sistema de CFTV é ineficiente, com poucas câmeras, 72, sendo que 25% desse total encontram-se inoperantes.

O número de servidores envolvidos com a atividade de segurança é muito reduzido; de um total de 42 agentes, apenas dezessete efetivamente desenvolvem atividades relacionadas a transporte e segurança das instalações do Tribunal.

A Capacitação e reciclagem de servidores envolvidos com a segurança atende ao PNC/CJF.

O Tribunal possui Comissão de Segurança Permanente, instituída conforme o art. 2º da Resolução 104/2010-CNJ.

Constatações:

- Inexistência de um plano de segurança para o Tribunal;
- Inobservância parcial da Resolução 104/2010-CNJ.

## **F. DETERMINAÇÕES GERAIS**

### **DETERMINAÇÕES – CONTROLE INTERNO**

Concluídos os trabalhos e com base nas constatações, elaboraram-se, aproximadamente, 35 pedidos de providências para explicitações por parte do Tribunal.

### **DETERMINAÇÕES – ESTATÍSTICA**

Com a implantação parcial do que prevê o Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o TRF da 5ª Região firmou, por ocasião da Inspeção em junho de 2012, compromisso de efetivar a publicação dos dados estatísticos de suas atividades e das atividades dos órgãos judiciários de primeiro grau, relativas aos anos de 2009 e 2011, além dos dados da série histórica e dos Juizados Especiais Federais da região.

Nesse escopo, deverá o Tribunal informar acerca do compromisso firmado no que se refere à efetiva publicação, que deverá ocorrer na página da *internet* do Tribunal, dos itens em conformidade com o Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Desenvolver o Portal de Estatísticas e ferramenta de BI (*Business Intelligence*), para ampliar o acesso às informações existentes nos sistemas processuais (físicos e eletrônicos).

### **DETERMINAÇÕES – INSPEÇÃO NOS SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS:**

Informar, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca das providências adotadas para cumprimento das determinações formuladas na inspeção anterior.

Informar, no prazo de 30 (trinta) dias, se os sistemas Esparta e PJ-E foram ajustados no sentido de manter dados históricos dos parâmetros utilizados na distribuição processual.

Informar, no prazo de 30 (trinta) dias, se o tribunal procedeu ao ajuste no termo de distribuição gerado pelo sistema Esparta, em que passe a exibir os nomes dos desembargadores federais eventualmente impedidos no momento da distribuição.

Implementar mecanismos de criptografia que garantam maior segurança no banco de dados onde os documentos eletrônicos estão armazenados.

## **DETERMINAÇÕES – SEGURANÇA**

- Estudo para imediata elaboração de plano de segurança para o Tribunal;
- Promover a observância integral da Resolução 104/2010-CNJ.

## **DETERMINAÇÕES - GABINETES**

Relevante mencionar entre as boas práticas destacadas na gestão do Tribunal, a implementação do plano global de atuação em matéria penal e criação de um programa para redução da incidência de prescrição penal. Na maioria dos gabinetes inspecionados, durante a inspeção/2012, verificou-se rígido controle de prescrição em processos penais. Essa foi a orientação proposta pela Corregedoria-Geral do CJF por ocasião da Inspeção ordinária realizada em outubro de 2010.

A equipe de inspeção constatou a necessidade de regular e priorizar os procedimentos a seguir:

- a) Corrigir as inconsistências verificadas na Inspeção entre os atos processuais existentes nos autos e as informações lançadas no sistema de movimentação processual Esparta.
- b) Reduzir a incidência de publicações de acórdãos além do prazo de dez dias.
- c) O julgar as Ações Cíveis Públicas, tendo em vista a natureza de matéria prioritária.
- d) Deverão as turmas e subsecretarias promover a juntada de petições, que foram protocoladas além do prazo de trinta dias.

## **G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 10 horas do dia 20 de junho de 2012, conforme ata de fl. 125, e elaborado posteriormente o presente relatório.

Enviados os relatórios, a própria Secretária da Corregedoria-Geral deverá acompanhar o prazo para o atendimento das determinações e, uma vez decorrido, relacionar e certificar, nos autos, as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

É o relatório.

*Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA*  
Corregedor-Geral da Justiça Federal